



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 046

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE MAIO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Ângelo Vanhoni</i> |
| <i>Líder da Oposição</i> | <i>Durval Amaral</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Carlos Simões</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Valdir Rossoni</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Antonio Anibelli</i> |
| <i>PP</i> | <i>Duílio Genari</i> |
| <i>PT</i> | <i>Elton Carlos Welter</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Barbosa Neto</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Luiz Carlos Martins</i> |
| <i>PL</i> | <i>Mauro Moraes</i> |
| <i>PPS</i> | <i>Ratinho Júnior</i> |
| <i>PSB</i> | <i>Dr. Luciano Ducci</i> |

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE MAIO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputados Delegado Bradock e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silveira Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Padre Paulo Cam-pos (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, cumprimentando os nossos ilustres visitantes do SINDSAÚDE, que vêm prestigiar esta nossa Sessão. As nossas boas-vindas aos nossos ilustres visitantes.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 012/2004

Curitiba, 19 de maio de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva prorrogar por 1 (um) ano o prazo para conclusão dos trabalhos previstos pelo parágrafo 5º, do artigo 2º, da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, necessários ao cumprimento das disposições da Lei nº 13.570, de 21 de maio de 2002.

As supra referidas leis dispõem sobre “indenização às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que hajam ficado sob responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná ou em quaisquer de suas dependências”.

A medida ora proposta é de fundamental importância, a fim de que sejam ultimadas análises e proferidos despachos em numerosos processos formulados por pessoas que postulam o direito de obterem as aludidas indenizações, cujos trabalhos obviamente demandam tempo e detalhado estudo da documentação apresentada em cada caso específico.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica prorrogado por 1 (um) ano o prazo para conclusão dos trabalhos previstos pelo parágrafo 5º, do artigo 2º, da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, necessários ao cumprimento das disposições da Lei nº 13.570, de 21 de maio de 2002.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO Nº 15/2004 GL/PMDB

Curitiba, 24 de maio de 2004.

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente, indicar os Deputados da Bancada do PMDB com assento nesta Casa, que farão parte da Comissão Especial de Investigação - CEI, para acompanhar o projeto do “Eixo Metropolitano de Transporte” de Curitiba, conforme relação abaixo:

Titulares: Deputado Rafael Greca

Deputado Delegado Bradock

Suplentes: Deputado Vanderlei Iensen

Deputado Alexandre Curi

Sendo o que se apresenta, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) **ANTONIO ANIBELLI**
Líder da Bancada do PMDB

Indicações:**INDICAÇÃO Nº 019/2004**

Ao Exmo. Sr. Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

O Deputado Barbosa Neto se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) a criação de um Departamento de Pesca no âmbito da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

2) Justifica-se a criação deste Departamento, pela reclamação de pescadores que alegam a falta de estrutura e conseqüentemente a baixa qualidade de atendimento aos pescadores, que atualmente buscam auxílio para o setor no Instituto Ambiental do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que na condição de Líder da Bancada do PDT com assento nesta Casa de Leis, INDICO o ilustre Deputado Neivo Beraldin para compor como titular a CEI do Eixo Metropolitano de Transporte de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que, na condição de Líder da Bancada do PSDB com assento nesta Casa de Leis, INDICO o ilustre Deputado Luiz Accorsi para compor como titular a CEI do Eixo Metropolitano de Transporte de Curitiba e o Deputado Nelson Tureck para sua suplência.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

Líder do PSDB

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 942**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 081/2004, que altera dispositivos para instituição da modalidade “diárias”, a título de indenização de despesas de alimentação e pousada.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoioamento:

Pedro Ivo Ilkiv, Antonio Anibelli, Nelson Tureck, Elza Correia e Cida Borghetti.

REQUERIMENTO Nº 943

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 733/2003, de autoria do Deputado Antonio Anibelli.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento: Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Nelson Tureck, Elza Correia e Cida Borghetti.

REQUERIMENTO Nº 944

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 81/2004, de autoria do Poder Executivo, que tem por objetivo alterar os dispositivos que menciona, para instituição da modalidade de “Diárias”, a título de indenização das despesas de alimentação e pousada aos servidores estaduais a serviço da Administração Pública.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 949

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 076/2004, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de aumento de capital social na SANEPAR.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoioamento: Pedro Ivo Ilkiv, Antonio Anibelli, Elza Correia, Nelson Tureck, Cida Borghetti.

REQUERIMENTO Nº 945

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das Emendas ao Projeto de Lei nº 124/2004, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005, até o dia 31 de maio de 2004.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 967

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 950

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 165/2004, de minha autoria, tendo em vista que o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná que seria concedido ao Bispo Basílio já foi entregue em 21 de outubro de 1.982, através da Lei nº 7.608/82.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) NELSINHO DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 956

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para realização de Audiência Pública da Comissão, no dia 21 de junho próximo, às 17 horas no Auditório da UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná no Município de Cascavel, para discussão sobre a suspensão de determinados concursos vestibulares e a falta de professores nas Universidades do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) RADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Exa., reserva do plenarinho, no horário das 9h às 11h30min, para a realização do Ato de Apoio ao Dia Nacional de Mobilização pela regulamentação da Emenda Constitucional (E.C.29), com a participação da Comissão de Saúde Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

REQUERIMENTO Nº 960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do jovem Arci Nogueira de Lima, ocorrido dia 16 de maio/2004, em Agudos do Sul.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com apenas 29 anos e idade faleceu tragicamente, dia 16 de maio/2004, no Município de Agudos do Sul, o jovem Arci Nogueira de Lima, que era operador de máquinas.

Seu desaparecimento veio entristecer profundamente seus familiares, parentes, colegas de serviço e amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais o esquecerão, e sua maneira de ser, seus gestos, seu companheirismo e carinhos dispensados a todos, sempre serão lembrados.

Rogamos ao Pai Celeste que concedi aos nossos amigos, familiares de Arci Nogueira de Lima, o conforto necessário neste momento de tristeza.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Nogueira de Lima, endereçando-lhe voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 963

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Glória Michels, esposa do Pastor Orlando Michels, ocorrido em 23 de maio.

Requer ainda, que se dê ciência à família enlutada, através de correspondência a ser enviada à Rua Genésio Moreschi, 65 - Jardim Guaraituba - CEP: 83.410-000 - Colombo-PR.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à Diretoria da COAMO Agroindustrial Cooperativa de Campo Mourão pelo extraordinário desempenho obtido no primeiro quadrimestre do ano, tornando-se a maior exportadora paranaense, apresentando um crescimento de 84,06% nas exportações em relação ao mesmo período do ano anterior.

Requer, ainda, que da aprovação desta, seja dado ciência à Diretoria, pelo seu Presidente engenheiro agrônomo José Aroldo Galassini (Rua Fioravante João Ferri, 99 - Jardim Alvorada - Caixa Postal 460 - CEP: 87.308-445 - Campo Mourão-PR).

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

De janeiro a abril deste ano, a COAMO Agroindustrial Cooperativa de Campo Mourão foi a maior exportadora paranaense, participando com 6,31% do total das exportações, de US\$ 2,4 bilhões. Neste período, a coop-

erativa vendeu US\$152,08 milhões ao exterior e tendo apresentado crescimento de 84,06% nas exportações em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Ainda, segundo a SECEX, a COAMO é a 23ª maior exportadora brasileira do primeiro quadrimestre.

No encerramento do ano passado, a cooperativa ocupou o 33º lugar entre as exportadoras brasileiras, ganhando dez posições nos quatro primeiros meses deste ano.

A meta da cooperativa é exportar US\$600 milhões até o final do ano, contra os US\$350 milhões do ano passado. Os principais produtos exportados pela cooperativa foram soja em grão, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, fios de algodão e milho.

É, portanto absolutamente justo que este Poder, em reconhecimento ao competente trabalho da diretoria e funcionários da COAMO reconheça neste nosso pleito o singular desempenho dessa que já é um orgulho de nós, paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 924

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que o este subscreve, pede à egrégia Assembléia inserção nos Anais, de voto de congratulações ao Sr. Darci Piana, Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná e a seus companheiros de Diretoria, Conselho Fiscal, e Delegados junto ao Conselho da Confederação Nacional do Comércio, pela sua recente eleição.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa associa-se ao segmento produtivo comercial neste recomeço de gestão representativa.

Seja o novo mandato marcado pela prosperidade, pela ação criativa, e pelo espírito de serviço a este Estado e a sua gente, como já o é a biografia de Darci Piana, o novo Presidente.

Encaminhe-se ao Sr. Presidente Darci Piana, no endereço: Visconde do Rio Branco, 931 - CEP: 80.410-000.

REQUERIMENTO Nº 930

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER votos de congratulações ao Sindicato dos Trabalhadores Gráficos em Jornais e Revistas do Estado do Paraná - SINTRAG, por estar completando uma década de existência com muito esmero e dedicação à classe trabalhadora paranaense.

Destarte, solicitamos a especial gentileza em notificar a empresa, em nome de seu Diretor-Presidente, situ-

ada na Rua Praça Carlos Gomes, 211 - 2º andar, CEP: 80010-140 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 935

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, registro de votos de congratulações e aplausos ao jornal Folha da Região, em comemoração ao trecho de sua fundação, que ocorre no dia 27 de maio de 2004.

Requer ainda, seja oficiado à direção do jornal Folha da região, nas pessoas de seus Diretores Luiz Ferreira e Ubaldo Rech, bem como, editora responsável, jornalista Rosselane Giordani, com endereço à Rua Almirante Barroso, 2258, CEP: 85.900-020 - Toledo-PR.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

São três anos ininterruptos que o jornal Folha da Região vem cumprindo com a missão de bem informar, circulando em mais de 40 Municípios.

Um jornal que vem se destacando em nossa imprensa, com determinação firme dos seus idealizadores e diretores, que com seu entusiasmo pela região é reconhecido defensor da sociedade, agindo com responsabilidade e fidelidade aos fatos em defesa da região e de sua gente.

Pelos relevantes serviços que presta à comunidade, é merecedor da homenagem do Poder Legislativo do Estado do Paraná, que apresenta as congratulações e aplausos pela comemoração do terceiro aniversário, extensivo a todo seu quadro de funcionários e colaboradores.

REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao empresário Darci Piana, pela sua eleição como novo Presidente da Federação do Comércio do Paraná, voto este extensivo a toda sua Diretoria.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

O empresário Darci Piana é o novo Presidente da Federação do Comércio do Paraná.

Em eleição realizada no dia 21.05.2004, na sede da entidade, ele recebeu 29 dos 54 votos válidos de Presidente de Sindicatos do Comércio de todo o Estado do Paraná.

Darci Piana é empresário tradicional em nosso Estado e, com certeza, dará continuidade ao excelente trabalho realizado pelo atual Presidente da

FECOMÉRCIO, Rubens Brustolin. Sua posse está marcada para o dia 24 de junho.

REQUERIMENTO Nº 941

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela realização da palestra beneficente “A Ética e a Polícia”, a ser realizada na noite de hoje no Estação Embratel Convention Center, com renda destinada à Fundação Pró-Renal no Paraná.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento ao interessado.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 951

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos ao casal Hilton Stresser e Tereza Stresser, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esse anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 952

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos ao casal Antonio Osvaldo Alves de Oliveira e Marly Niepsuy Costa de Oliveira, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi

mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esse anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à ONG Associação dos Condomínios do Brasil, aos alunos e professores da Escola Estadual Isolda Schmidt, à empresa Cal Gulin, e à senhora Estela Rohde, pelo ato de despachação realizado dia 17 de maio, na Travessa da Lapa, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O trabalho de conscientização de jovens, realizado sob a coordenação da Sra. Estela Rohde, segundo o jornal Gazeta do Povo, já chegou a 40 escolas públicas e 40 mil alunos, e tem a virtude de ser reação da cidadania a favor da cidade, da paisagem urbana e de sua conservação.

O ato realizado a 17 de maio, exemplar e cívico, valeu qual aula de cidadania em praça pública.

Vale como lembrança da antiga defesa de Esparta. A mística cidade invencível da Grécia, não tinha muros. Perguntados onde estavam os muros de Esparta, os espartanos batiam no peito, mostravam o coração, diziam: “os muros de Esparta são aqui”.

Este Deputado, na sua condição de Prefeito de Curitiba, que abriu a Travessa da Lapa naquela trecho, sensibiliza-se pela ação de cidadania da Sra. Rohde e da ONG Associação dos Condomínios Garantidos do Brasil e da comunidade escolar Isolda Schmidt.

Encaminhe-se à Associação dos Condomínios Garantidos do Brasil, Rua XV de Novembro, 566, conj. 1602 - Galeria Lustosa - Curitiba/PR, CEP 80.020-924, à Escola Rohde, Rua Anne Frank, 1441, Curitiba/PR - CEP 81610-020, à empresa Cal Gulin, Rodovia dos Minérios, s/nº - Km 21 - Curitiba/PR.

REQUERIMENTO Nº 955

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao engenheiro de alimentos e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo R. de Carvalho, bem como a inserção nos Anais desta Assembléia e a publicação no Diário desta Casa, de seu artigo “Transgênicos: lobista ou cientista?”, estam-

pado na sessão “Opinião Pessoal” do jornal o Estado do Paraná, edição de terça-feira, 18 de maio.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

No referido, artigo, o ilustre cientista, no interesse da biossegurança e da democracia, alerta que a delegação brasileira na Conferência de Ottawa, liderava o movimento anti-rotulação de alimentos transgênicos, desmentindo lá fora o que o Governo Federal jura defender aqui dentro.

Isto somado às recentes evidências do prejuízo de US\$12 milhões (R\$ 37,5 milhões - no câmbio de ontem), pelo veto da China à soja brasileira, porque o produto estaria misturado com semente tratada com fungicida, nocivo ao ser humano, mais os preocupantes alertas da tese de mestrado da Dra. Dallegrave, da Universidade do Rio Grande do Sul, de que o glifossato Roundup, da Monsanto, causa câncer e esterilidade em tecidos animais, cria quadro extremamente grave, de ameaça à saúde pública.

Neste mesmo quadro, o Governador do Paraná, Roberto Requião lembra que, graças à posição do Paraná contra os transgênicos e contra a soja com mistura e impurezas, um amplo mercado começa a se abrir aos nossos produtos. Só na China, são mais de um bilhão de consumidores. “Graças ao trabalho de fiscalização da Glaspas, o número de reclamações contra a soja exportada por Paranaguá caiu de mil e duzentas reclamações no ano de 2002, para nenhuma, em 2003”.

Encaminhe-se cópia ao professor Luiz Eduardo R. de Carvalho, email: luizeduardo@ufrj.br, ao Sr. Hasiel Pereira, Coordenadoria Política da Casa Civil - Palácio Iguaçu, 4º andar - CEP 80530-909 - Curitiba-PR, e ao Governador Roberto Requião, Palácio Iguaçu, 3º andar - Centro Cívico - CEP 80530-909 - Curitiba - PR.

REQUERIMENTO Nº 923

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor ao Sr. Antonio Carlos Basílio da Silva, pelo trabalho realizado na área de prevenção ao uso de drogas.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Antônio Carlos Basílio da Silva, nasceu em 03 de setembro de 1968, no Município de Araçongas/PR. Ocupa atualmente a presidência do Instituto Internacional de Prevenção de Drogas - IIPDROG, com sede nesta capital. Foi Diretor de Imprensa da Fundação Força Trabalhista do Paraná: Assessor Comercial e colunista político da Revista A Notícia Magazine; Diretor de Imprensa da Associação dos Corredores de Rua de Curitiba - ACORBA; participou do Projeto Voz Ativa do Governo

do Estado do Paraná, em 1987. Em 1992, foi ganhador do Prêmio Jovens Destacados, promovido pela Câmara Júnior Empresarial de Curitiba; é autor cidadão da Lei nº 11.273/95, de prevenção às drogas nas Escolas Estaduais do nosso Estado; autor cidadão da Lei nº 7919/92, de prevenção às drogas no Município de Curitiba. Também em 1992, foi idealizador do PLIN - Programa Livre de Idéias Novas - implantado no BANESTADO S.A. e do Projeto de Modernização de Serviços da Previdência Social ao ex-Ministro Antonio Rogério Magri.

Em 1993, foi autor de Projetos Esportivos para municípios, apresentado para as Secretarias de Estado do Esporte e do Turismo; Programa de modificação do Crédito Educativo (atual FIES) para todos os estudantes universitários do País; projeto de incentivo ao esporte amador apresentado à Assembléia Legislativa do Estado; Projeto que prevê o abatimento do FGTS no FIES em tramitação na Câmara dos Deputados desde 2000; planejamento estratégico por áreas de atuação para Secretários Municipais e Prefeitos, apresentado à Prefeitura Municipal de Curitiba. Projeto social-esportivo Criança Nota 10 para Prefeituras Municipais, elaborado em janeiro de 2002; planejamento estratégico por áreas de atuação para Vereadores, apresentado em 2001.

Se faz justa a presente homenagem, uma vez que doze projetos de relevância social foram encaminhados para as autoridades competentes, comprovando a grande colaboração do homenageado para melhoras na vida da comunidade estudantil

REQUERIMENTO Nº 939

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Kentaro Takahara, Diretor Comercial do Consórcio União - Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Edson Neme Ruiz, Presidente reeleito da Sociedade Rural do Paraná e responsável por relevantes serviços por ele prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 953

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações à equipe do site Furacão.com (www.furacao.com), pela conquista do Top 3 do i best, principal prêmio da internet brasileira.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O voto de louvor e congratulações proposto, vem fazer justiça aos jovens atleicanos que com muita abnegação, com seus ideais amadores, mas com postura, ética e capricho profissionais, fazem o site furacao.com um verdadeiro referencial do Atlético Paranaense na internet. Atleticanos de todo o mundo acessam a página para acompanhar o dia-a-dia do rubro-negro.

Pela terceira vez consecutiva, o site foi agraciado com a premiação entre os Top 3, na categoria pessoal/futebol do i best, o prêmio mais importante do gênero, considerado o “Oscar da Internet Brasileira”. Este ano também esteve presente no Top 3 na categoria regional/Paraná, demonstrando toda a força e credibilidade do site junto aos internautas do Estado.

Por tudo isso, representado pelos administradores do site, Cleverson Freitas, Marçal Justen Neto e Sérgio Tavares Filho, além de Lorian Modzinski dos Santos e todos os demais colunistas e colaboradores que elevam, não só o nome do Atlético, como de toda a comunidade paranaense, faça enviar correspondência à Rua Maranhão, 1423, ap. 11.B - Bairro Água Verde - Curitiba-PR, CEP: 80.610-001.

REQUERIMENTO Nº 962

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa que, após ouvido o Plenário, seja registrado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor aos agentes comunitários de saúde, através da Associação dos Agentes Comunitários, em comemoração ao seu dia e em reconhecimento pelos relevantes trabalhos prestados à população, através de sua inserção no Sistema Único de Saúde.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

Os agentes comunitários de saúde, atuam em grande número de Municípios do Paraná, realizando atividades fundamentais de promoção da saúde, de prevenção de agravos e de combate a epidemias e endemias.

Seu trabalho vem, cada vez mais, adquirindo um caráter de essencialidade para a capilarização dos serviços de saúde, uma vez que são eles que, de rua em rua e de domicílio em domicílio, estabelecem as pontes de comunicação entre a população, principalmente a mais necessitada, e o Sistema de Saúde.

Realizando um trabalho eminentemente preventivo, da maior importância, merecem sempre ser lembrados nas datas comemorativas, como singela homenagem ao trabalho que realizam, mesmo que, muitas vezes, sob precárias condições.

REQUERIMENTO Nº 932

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, solicitando informações que esclareçam a esta Casa de Leis, a procedência dos 101 veículos e 9 motocicletas incorporadas ao policiamento do Estado, principalmente se os referidos veículos foram entregues pela concessionária do pedágio, em cumprimento às obrigações previstas em contrato, pela exploração do mesmo.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 920

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado ao Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, a seguinte solicitação:

Em função de reclamações a nós encaminhadas e a experiência de um assalto à mão armada, vivenciada por meus familiares no último dia 21 de maio (sexta-feira), solicitamos à Secretaria de Estado da Segurança, que seja feita uma reestruturação no Serviço de Emergência 190.

Ressaltamos que, ao acionar o referido serviço, meus familiares ficaram por cerca de 15 minutos tentando um contato telefônico. Após conseguirem efetuar a chamada, ainda aguardaram por mais 30 minutos no local do assalto para que a equipe policial estivesse presente e registrasse a ocorrência, fato que não aconteceu, pois os policiais não compareceram.

Esse tempo de demora e a falta de atendimento policial são inconcebíveis, tendo em vista que como o próprio nome sugere, esse serviço é emergencial.

Sendo o que tenho para o momento, aguardo um parecer ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 928

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a mudança da sede da 3ª Companhia da Polícia Militar que atualmente encontra-se no Município de Cianorte para o

Município de Iporã, tendo em vista o fato de que o Município de Iporã vem sofrendo com falta de segurança e principalmente, encontra-se na rota do tráfico de drogas.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado à Prefeita Municipal de Iporã, Sra. Maria Aparecida Zago Udenal (Iporã - CEP: 87.560-000), e ao Vereador da Câmara de Municipal de Iporã, Dorival Passarela (Iporã-PR, CEP: 87.560-000).

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 934

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER, através desta Casa de Leis, que seja enviada diligência ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, solicitando cópias de todas as ART's referentes aos projetos das obras do Eixo Metropolitano de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 937

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado aos Exmos. Srs. Roberto Requião, Governador do Estado e Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, transmitindo os agradecimentos deste Deputado e da população do Oeste, pela execução das obras de duplicação da rodovia entre Toledo e Cascavel.

Requer ainda o apoio para a conclusão das obras da estrada PRT-467, entre Toledo e Quatro Pontes, bem como, para a rodovia Toledo - São Luiz do Oeste, já iniciada através de uma parceria entre a comunidade e o Município de Toledo, ambas visitadas pelo Exmo. Sr. Secretário no dia 20 de maio próximo passado.

São obras de relevante importância para o Estado do Paraná, que beneficiarão toda a região Oeste, bem como aos usuários do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e também o vizinho país, Paraguai.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 948

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência à Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - "Exploração Sexual", funcionando junto ao Congresso Nacional, solicitando informações acerca de fatos e nomes até agora apurados na questão da exploração sexual infantil e infanto-juve-

nil, que teriam ocorrido no Estado do Paraná, especialmente em Foz do Iguaçu, já que, rotineiramente, notícias dão conta de que seria a região da tríplice fronteira um dos principais pontos de ocorrência desse tipo de crime.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) RENI PEREIRA

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Natálio Stica, Durval Amaral e Dr. Luciano Ducci.

JUSTIFICATIVA:

Os poderes públicos são fortemente cobrados quando notícias dando conta de variadas situações são amplamente divulgadas e, por sua vez, sem que as autoridades estejam realmente informadas e instrumentadas para agir contra este estado de coisas.

Este parece ser, exatamente, o cenário em que nos encontramos, no que se refere ao assunto "Exploração Sexual Infantil", do qual o Congresso Nacional, através da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - "Exploração Sexual", sob a presidência da Exma. Senadora. Patrícia Saboya Gomes, cuida.

Factualmente, fomos ontem, acusados de nada fazermos a respeito do tema e, mais grave, sem termos qualquer informação oficial das ocorrências supostamente detectadas.

Pois bem, diariamente são despejadas quantidades enormes de informes, entrevistas, textos, enfim, matérias sobre o tema, sem que, no entanto, nomes e fatos tenham sido revelados.

Não é dispendioso dizer, que uma vez divulgados fatos aleatórios, sem nomes, indicando apenas a cidade ou região, os prejuízos são imensuráveis, prejudicando enormemente os cidadãos de bem destas localidades.

É este fato que nos faz apresentar o presente requerimento, obter a anuência desta Casa de Leis para que seja enviado expediente à CPMI Exploração Sexual, presidida pela Exma. Senadora Patrícia Saboya Gomes, solicitando informações de fatos e nomes envolvidos em tais práticas que tenham ocorrido no Paraná, especialmente em Foz do Iguaçu, já que a menção do nome da nossa Cidade tem sido, reiteradamente, citada em noticiários nacionais, com incalculáveis prejuízos ao Município.

De posse das informações solicitadas, poderemos dar continuidade ao Ministério Público Estadual dos fatos porventura constatados e aí sim, damos uma verdadeira satisfação à comunidade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 958

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, para que este proceda estudos visando alterar a velocidade máxima permitida, no trecho urbano da BR-277, entre os kms 721 e 724 (viaduto do Posto Gasparin até o Posto de Informações

Turísticas - FOZTUR), de 60 para 80 km/h ou, provada a impossibilidade da alteração proposta, que se coloque sinalização ostensiva da existência de fiscalização eletrônica naquele trecho, de modo a impedir que justamente o turista não seja recepcionado com a multa por excesso de velocidade, logo na sua chegada a Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa solicitar ao DER a alteração da velocidade máxima no trecho citado, tendo em vista, segundo estatísticas recentes, que praticamente 80% dos veículos que por ali trafegam foram flagrados em excesso de velocidade.

Ocorre que a sinalização existente é insuficiente para demonstrar que aquele espaço da BR-277 é urbano, e ainda, que a alteração de 60 para 80 km/h não acarretará qualquer perigo à população, já que praticamente, não há muitos transeuntes naquele pedaço de rodovia.

A mídia divulgou amplamente a situação narrada, e também, as lideranças empresariais e usuários estão solicitando a revisão dos critérios estabelecidos.

Tratando-se de rodovia federal delegada, pode o DER proceder a alteração solicitada, na forma do parágrafo 2º do artigo 61 da Lei nº 9503 - Código de Trânsito Brasileiro.

REQUERIMENTO Nº 959

Senhor Presidente:

Observadas as atribuições constitucionais e regimentais, o deputado que ao final subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar, em caráter emergencial, uma viatura policial para o Município de Presidente Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se em razão do pedido dos Vereadores do Município de Presidente Castelo Branco, que atendendo aos moradores, bem como aos profissionais que atuam no combate à prevenção da criminalidade local do Município, encaminharam a reivindicação à Assembléia Legislativa.

Isto posto, para o bom desempenho do trabalho policial é imprescindível a disponibilização de uma viatura policial, uma vez que estando a única viatura sem condições de uso, a qualidade do serviço declina sensivelmente, ocasionando inúmeras reclamações dos cidadãos do Município.

REQUERIMENTO Nº 921

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao

Exmo. Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, MD Ministro de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes e imprescindíveis no sentido de recuperar a BR-487, trecho Campo Mourão-Rio Muquidão, bem como a BR-272, trecho Campo Mourão-Goioerê, que se encontram em estado deplorável de conservação, pondo em risco a vida de todos que dependem da sua utilização.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(aa) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Devido ao descaso das autoridades, a BR-272, trecho Campo Mourão-Goioerê e a BR-487, trecho Campo Mourão-Rio Muquidão, sendo esta uma das mais importantes rodovias que interligam regiões altamente produtivas ao Anel de Integração com destino ao Porto de Paranaguá, encontram-se em estado deplorável de conservação, com grande número de buracos na pista, depressões no asfalto, falta de sinalização, pondo assim em risco a vida de todos que por ali circulam. Vários acidentes, com vítimas fatais, acontecem quase todos os dias, principalmente em época de colheita, o que aumenta o número de caminhões.

Foi solicitado por diversas vezes ao DNIT a recuperação das referidas rodovias, e até agora não obtivemos respostas ou qualquer atenção por parte do referido Departamento.

Abaixo, matéria que saiu no site BocaSanta.com.br do Município de Campo Mourão.

“Quando os buracos viram celebridades

Um tal de ‘Movimento dos Sem-Estradas’ espalhou outdoors por Campo Mourão criticando o estado das rodovias da região. É tanto painel que tem até um do lado do outro por aí. No texto, uma indireta ao Governador, lembrando que o pedágio não acabou nem abaixou. Também a citação de que as estradas para Goioerê (BR-272) e Pitanga (BR-287) estão abandonadas. Tem até o desenho de uma estrada cheia de buracos. Valeu pelo protesto. Agora, cá entre nós: as duas rodovias citadas são federais (leia-se responsabilidade do Lula). E só uma duvidazinha: o MSE vai invadir as rodovias pedagiadas?...”

REQUERIMENTO Nº 925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER ao Exmo. Sr. Governador, que sejam tomadas medidas de segurança e prevenção mais drásticas e objetivas, para combater o grande número de arrombamentos e roubos na região de Santa Felicidade e Butiatuvinha, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

A comunidade está apavorada com o pouco caso que os marginais fazem da ação policial, que não con-

segue coibir os roubos e arrombamentos, sendo que ladrões saem pelo meio das ruas em plena luz do dia carregando o produto do roubo livremente, bem como pelas madrugadas, arrastando ferros de construções e outros materiais roubados.

REQUERIMENTO Nº 946

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, Deputado Estadual abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, Diretor-Geral do DETRAN-PR, a seguinte solicitação: que sejam realizados, com urgência, estudos para a correção dos salários dos servidores da Autarquia.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A política salarial em vigor no País, nos últimos dez anos, provocou um arrocho nos salários dos trabalhadores em geral e, em particular, nos servidores públicos.

No caso específico do DETRAN, os servidores estão recebendo salários muito baixos, pois não têm reajustes há dez anos.

Os servidores estatutários que trabalham oito horas por dia, muitas vezes ganham menos que os atendentes que trabalham seis horas por dia; menos que os vigilantes que, se fizerem horas-extras, podem ganhar mais que os Chefes das Unidades. Um salário-base de aproximadamente R\$ 312,00 é realmente aviltante.

Considerando tal quadro e considerando que o DETRAN é o segundo órgão do Governo que mais arrecada no Estado, solicitamos ao Diretor-Geral que se iniciem as providências necessárias para a correção da tabela de salários dos servidores da autarquia.

REQUERIMENTO Nº 926

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que os Secretários de Estado da Administração e da Fazenda informem, com base na proposta contida no Projeto de Lei nº 733/2003 do Deputado Anibelli, o que segue:

1. Quais os valores resultantes da implantação da medida proposta relativamente à remuneração dos Secretários de Estado, em valores reais e percentuais, considerada a totalidade da remuneração hoje percebida?

2. Quantos servidores tem seus vencimentos atrelados aos de Secretários de Estado e portanto serão beneficiados pela medida? Quais os valores reais e percentuais da alteração salarial pretendida?

3. Qual será o impacto financeiro da implementação da medida na folha de pagamento do Estado, mensalmente e seu total até dezembro de 2006?

4. Relativamente ao limite legal imposto para efeito de gastos com pessoal, qual será o comprometimento da receita líquida do Estado?

5. Para efeito de possibilitar, em face das imposições constitucionais e legais para implantação da medida proposta, após devidamente discutida e votada nesta Casa, o Poder Executivo providenciou a prévia previsão orçamentária para atender as despesas dela decorrentes, incluiu seus efeitos financeiros na LDO, recentemente encaminhada a este Parlamento?

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO e WALDIR LEITE.

REQUERIMENTO Nº 929

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER informações junto à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência SEAP, sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Interinstitucional de Consignação instituída pelo Decreto nº 2511, de 21/01/2004, com atribuição de propor a regulamentação da Lei 13.740, de 24 de julho de 2002.

A presente medida vê-se necessária, uma vez que a condução dos trabalhos por parte da referida comissão já perdura desde o mês de janeiro do presente, sem que até o momento tenha apresentado a proposta para qual fora instituída.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 931

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, na qualidade de Deputado integrante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sustentáculo nos artigos 135, parágrafo 1º e 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, e artigo 55 da Constituição Estadual, solicitar informações à Secretaria de Estado da Segurança Pública sobre a possibilidade de aumento no quadro de funcionários da Delegacia de Polícia da cidade de Palmas, Estado do Paraná, dando destaque aos cargos de escrivão e investigador, tendo em vista que estas são as maiores necessidades desse Município.

Destarte, aproveitamos ainda esta oportunidade, desejando as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 933

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, na qualidade de Deputado integrante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sustentáculo nos artigos 135, parágrafo 1º e 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, e artigo 55 da Constituição Estadual, solicitar informações ao Governo do Estado no sentido de analisar a viabilidade da instalação de mecanismos que retirem o excesso de ar das tubulações da rede da SANEPAR.

Destarte, aproveitamos ainda esta oportunidade, desejando as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 947

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, na qualidade de Deputado integrante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sustentáculo nos artigos 135, parágrafo 1º e 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, e artigo 55 da Constituição Estadual, solicitar informações à Secretaria de Estado da Educação sobre a transferência da servidora Eliane Aparecida do Carmo, portadora do RG sob nº 3.397.061-7 e do CPF sob nº 491.351.129-72 do Colégio Estadual Angelina A, C, do Prado, em São José dos Pinhais, para o Colégio Estadual Engenheiro Michel G. P. A. Reydams, na cidade de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná.

Devemos ressaltar que a transferência já tinha sido deferida pelo Núcleo de Ensino de Guarapuava, pois a servidora já se encontrava residindo em Reserva do Iguaçu, porém, por razões desconhecidas, este procedimento foi cancelado.

Assim sendo, solicitamos as informações pleiteadas e aproveitamos a oportunidade para desejarmos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 936

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER informações junto à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência SEAP, e Secretaria da Justiça e da Cidadania - SEJU, sobre o concurso de agente penitenciário.

A presente medida vê-se necessária uma vez que, dentre as informações do edital, poder-se-iam levantar alguns questionamentos com relação à publicidade dos atos do concurso e dificuldades na interpretação do edital.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 957

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos Anais da presente Sessão desta augusta Casa de Leis, da matéria publicada pela Revista Vitrine do Varejo intitulada "Acessibilidade e Inclusão - Atender aos portadores de deficiência física é um desafio para o varejo".

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Alair Martins do Nascimento Presidente da Revista Vitrine do Varejo, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Jataí, 1150 - Uberlândia-MG.

Sala das Sessões, em 19.05.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 204/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado criar, junto à Estrutura da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, serviço especializado de atendimento e para receber denúncias de violência contra a mulher, a criança e o adolescente.

Art. 2º - O serviço de que trata o artigo anterior contará com um telefone para atendimento 0800 e com pessoas treinadas para receber as denúncias de violência contra a mulher, a criança e o adolescente.

Art. 3º - A identidade do(a) denunciante será mantida no anonimato, sempre que este(a) assim o desejar.

Art. 4º - As denúncias serão encaminhadas para o Órgão competente para serem investigadas e apuradas.

Art. 5º - O Poder Executivo promoverá campanha de divulgação desse serviço, incentivando as vítimas e a sociedade em geral para denunciarem toda violência contra a mulher, a criança e o adolescente.

Art. 6º - As despesas decorrentes da implantação desse serviço correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo criar, junto às Secretaria de Segurança Pública Estadual, serviço especializado de atendimento para rece-

ber denúncias de violência contra a mulher, a criança e o adolescente, contando com a disponibilização de serviço telefônico do tipo 0800, e pessoas especialmente treinadas para receber as denúncias.

O pretendido serviço visa oferecer um mecanismo ágil e simples para receber e dar encaminhamento às denúncias de violência contra a mulher, a criança e o adolescente.

Estudos recentes demonstram que um dos principais fatores que contribuem para que a violência contra a mulher, a criança e o adolescente, não seja denunciada, é a falta de estruturas administrativas especializadas para o atendimento às vítimas e posterior encaminhamento de suas denúncias.

No Estado do Paraná, temos pouquíssimas Delegacias da Mulher funcionando efetivamente, sendo que as vítimas acabam tendo como única alternativa as Delegacias comuns.

Desta forma, visando aparelhar o combate à violência contra a mulher, a criança e o adolescente de forma mais efetiva, é que se apresenta o projeto de lei em epígrafe. E, certo da sensibilidade dos Pares desta colenda Casa, para com o grave problema que se apresenta, é que pedimos aos nobres Parlamentares o apoio e posterior aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 205/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água no Estado do Paraná, obrigada a instalar, por solicitação do consumidor, equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel, seja residencial ou comercial.

Art. 2º - As despesas decorrentes da instalação e custos do equipamento, correrão por conta da concessionária de abastecimento de água.

Art. 3º - O equipamento a ser utilizado, deverá estar de acordo com a Portaria nº 246 item 9.4, do INMETRO, e devidamente patentado.

Art. 4º - Os hidrômetros instalados a partir da promulgação desta lei, deverão acompanhar o eliminador de ar instalado conjuntamente.

Art. 5º - As instalações dos aparelhos eliminadores de ar, poderão ser feitas tanto pela concessionária, como pelas empresas que comercializem este equipamento.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias, contados a partir da sua publicação.

Art. 7º - O teor desta lei deverá ser divulgado na conta mensal, de forma impressa e permanente.

Art. 8º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O consumidor vem sendo lesado por ocasião dos cortes de abastecimento de água, a qual retornando o abastecimento, produz ar na canalização, e o mesmo, ao movimentar o relógio, gera falso consumo.

Justifica-se a Concessionária assumir as despesas decorrentes da instalação e materiais no imóvel do consumidor, a partir do momento que a mesma é quem gera o fato.

PROJETO DE LEI Nº 206/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004, acrescentando artigos 3º e 4º e renumerando o seu artigo 4º, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Para quitação, total ou parcial, dos valores postergados ou parcelados, poderá o contribuinte utilizar crédito acumulado do próprio estabelecimento ou recebido de terceiros.

Art. 4º - Para fins de quitação dos valores devidos, através da compensação com precatórios do Estado do Paraná, o crédito tributário poderá ser inserido na dívida ativa sem retroação da multa e dos juros de mora, de que trata o artigo 1º desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de ampliar os benefícios da Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004, que permitiu que os estabelecimentos não industriais, enquadrados nos programas Bom Emprego, Apoio ao Desenvolvimento Produtivo, Paraná Mais Empregos e no Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná, quitarem os créditos tributários decorrentes das parcelas do imposto postergado, em 48 (quarenta e oito) meses.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 207/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica permitida a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da administração indireta do Estado, desde que conservadas as condições contratuais originais, e não ultrapasse a 100% (cem por cento) do objeto do contrato originário.

§ 1º - Poderão ser beneficiados com a ampliação contratual os concessionários e arrendatários.

§ 2º - Há necessidade de um procedimento à alteração contratual, composto de estudos técnico e jurídico reveladores da inviabilidade de competição, para o acréscimo proposto.

§ 3º - A alteração de que trata esta lei, deve ser registrada por adiamento ao contrato original, após parecer e informação que afirmem pela manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, bem como apontem vantagem para a Administração Pública.

Art. 2º - Os aditivos contratuais deverão conter:

I - cronogramas físico-financeiros da execução das obras vinculadas à concessão;

II - conter a garantia do fiel cumprimento pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas, à concessão ou arrendamento.

Art. 3º - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua sua responsabilidade.

§ 1º - Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

§ 2º - Os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros, a que se refere o parágrafo anterior, reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre terceiros e o poder concedente.

§ 3º - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido.

§ 4º - Os bens móveis ou imóveis adquiridos para os serviços de concessão deverão reverter ao patrimônio público.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se, inclusive, às decisões havidas até 360 (trezentos e sessenta) dias anteriores à sua vigência.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de proporcionar maior flexibilidade aos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da administração indireta do Estado do Paraná, procurando fazer melhores condições na execução dos mesmos, desde que conservadas as condições contratuais originais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 208/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As danceterias, casas de shows, festas, boates, clubes sociais e similares do Estado do Paraná deverão encerrar as suas atividades até às 04h00.

Parágrafo Único - Consideram-se similares, para os efeitos desta lei, os estabelecimentos nos quais haja prestação de serviços caracterizados como casa noturna, danceteria e/ou bar.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem por objetivo preservar a qualidade de vida do cidadão paranaense. É do conhecimento de todos que no horário da madrugada acontecem diversos crimes e acidentes de trânsito, além de outras ocorrências policiais.

Com a aprovação desta lei esperamos ao mesmo diminuir o período em que nossos cidadãos fiquem expostos em situações de risco, principalmente devido ao fato de que uma grande parcela das pessoas que frequentam casas noturnas e similares abusam de bebidas alcoólicas e até mesmo drogas ilícitas.

Daí porque conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas Parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão de ordem social.

PROJETO DE LEI Nº 209/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas em todos os estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná entre 02h00 e 09h00.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem por objetivo melhorar a qualidade da Segurança Pública em nosso Estado, visto que experiências bem sucedidas foram verificadas em localidades que adotaram tais medidas. Lembramos que na Inglaterra a proibição acontece, com sucesso comprovado, entre as 23 horas até às 11 horas do dia seguinte.

Com a proibição da venda de bebidas alcoólicas, o número de homicídios no horário da madrugada tende a diminuir, assim como brigas, badernas, atos de vandalismos e desavenças pessoais.

Também espera-se a diminuição na ocorrência de acidentes de trânsito com a aprovação deste projeto de lei.

Daí porque conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas Parlamentares, para aprovação imediata desta Lei, por ser uma questão de ordem social.

PROJETO DE LEI Nº 210/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Denomina de Engenheiro Carlos Alberto de Camargo Coelho o trecho da PR-420, entre Agudos do Sul - Divisa Paraná/Santa Catarina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.05.2004.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O engenheiro civil Carlos Alberto de Camargo Coelho, viveu sua vida no DER. Dos quase 65 anos de vida, 43 foram dedicados ao DER do Paraná.

Foi um homem probo, educado, competente, dedicado a suas atividades profissionais e que angariou amizades em todos os lugares por onde passou.

Para testemunhar isso, os servidores do DER, indistintamente desde o mais simples até a Diretoria, através de suas entidades de classe; o Sindicato dos Funcionários do DER - SINDER, a Associação Rodoviária do Paraná - ARP e a Associação dos Engenheiros do DER, querem prestar uma homenagem *post mortem* ao colega de trabalho e amigo engenheiro Carlos Alberto de Camargo Coelho, morto tragicamente junto com sua mulher e um dos filhos no último 14 deste.

Posto, pedimos o apoio de todos os Pares desta Casa para que se aprove esta homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Neivo Antonio Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Falo agora na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa, que recebeu a incumbência de realizar um trabalho em relação ao Porto de Paranaguá. Nós, por solicitação do ilustre Presidente da CPI do Porto, Deputado Valdir Rossoni, estamos encaminhando ao mesmo e à CPI o resumo do relatório da Comissão de Fiscalização.

(Lê):

“RESUMO RELATÓRIO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA

Após realizar 06 (seis) Sessões Públicas, 05 (cinco) em Curitiba, 01 (uma) em Paranaguá e ainda uma Audiência Pública de cunho Nacional, com a presença de inúmeras autoridades ligadas ao setor Portuário, a Comissão de Fiscalização pôde concluir, que os itens de maior relevância foram:

1. Ausência de 1.610 toneladas de soja no silo vertical da APPA em dezembro de 2003;
2. Denúncias de falta de dragagem nos Portos de Paranaguá e Antonina;
3. Píer de inflamáveis da APPA com avarias;
4. Falta de liberação do terminal de contêineres de Paranaguá – TCP (Berço 216);
5. Denúncias de falta de higiene, profilaxia e desratização do Porto de Paranaguá;
6. Exigência contratual do programa Porto Família.

Item 01 - Ausência de 1.610 toneladas de soja no silo vertical da APPA em dezembro de 2003:

Quando iniciou-se a investigação, tinha-se conhecimento do desaparecimento de 1.610 toneladas de soja em dezembro de 2003, que após a análise dos documentos solicitados, chegou-se à conclusão de que houve descumprimento do regulamento vigente à época, safra-2003, quando da operação realizada com a empresa UNINAVE, que emprestou a mercadoria do Silo Público para complementação de seu embarque.

As respostas trazidas pelo então Diretor Técnico, Ogarito Borgias Linhares, que tentavam confundir a Comissão, definindo a ocorrência como uma falha do regulamento, não prosperou. Tendo em vista que após a análise detida da documentação a respeito verificou-se que não se trata de fragilidade do Regulamento, pois o mesmo exigia como garantia carta de aval e comprovação da existência do produto a ser bloqueado nos armazéns da APPA, o que não ocorreu, pois a empresa UNINAVE apresentou o produto na retaguarda, fora das dependências da APPA.

Quanto à carta de aval, também exigência do mesmo Regulamento, esta não foi apresentada, como se comprova da resposta ao Ofício nº 047/04 – desta Comissão.

são de Fiscalização, onde se afirma categoricamente que não houve Carta de Aval neste caso.

Por óbvio que antes da liberação da mercadoria do estoque do Pool, que trata-se justamente de um local público onde inúmeras empresas privadas depositam sua soja, a APPA se zelosa fosse, e cumprisse o Regulamento, exigiria a apresentação da carta e aval e ainda verificaria *in loco* a real existência da soja da empresa avalisadora, nos armazéns da APPA. E ainda, exigiria do avalista a comprovação de propriedade do produto em seu nome, como nota fiscal ou equivalente.

Apesar da questão ter sido desvelada, a CF recomendou o aprofundamento da investigação, se assim entender, com a quebra de sigilo bancário e fiscal das pessoas envolvidas (os responsáveis pela aprovação da operação, o Diretor Técnico e ainda os sócios da empresa UNINAVE), medida esta plenamente justificável, bem como da realização de uma perícia técnica ou auditoria *in loco*, para identificação do total de soja que efetivamente faltou fisicamente do silo público no final do exercício de 2003, inclusive em relação à retenção técnica, comparando-se ainda o estoque contábil do físico, na época e atualmente.

Item 02 - Dragagem

A APPA, motivada por processo administrativo, rescindiu o contrato unilateralmente com a empresa Bandeirantes que realizava a dragagem, a discussão se a rescisão foi correta ou não está em litígio. Porém, mesmo havendo discussão judicial neste sentido, em virtude da necessidade pelo interesse público envolvido, a APPA deveria ter ou aberto novo procedimento licitatório para a contratação de outra empresa de Dragagem, o que levaria aproximadamente 90 dias, ou contratar diretamente, de forma emergencial, pelo período máximo de 180 dias, conforme artigo 24, IV da Lei de Licitações, até que fosse realizada a nova licitação.

A pendência judicial não pode obstar que os Portos Paranaenses continuem operando com segurança e dentro de sua plenitude. Este é o relevante interesse público que deve se sobrepor sobre o particular, sendo que financeiramente a APPA tinha condições para tanto.

A emergência é muito mais justificável para contratação de dragagem, do que a contratação emergencial de empresa prestadora de serviços de limpeza, que também discute a sua rescisão unilateral na Justiça!

A partir de 29 de dezembro de 2003, quando foi baixado pela Superintendência da APPA um Ato Administrativo (Doc. 25 B), rescindido o contrato com a empresa Bandeirantes unilateralmente, seria a época mais própria para dar início à contratação direta ou ao procedimento licitatório. A partir daí a APPA passa a assumir todo e qualquer risco ou dano decorrente da ineficiência portuária.

No Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo da própria APPA, define-se com precisão a importância da dragagem, senão vejamos: *Salienta-se*

que a realização de dragagem nos canais de acesso, áreas de manobra e berços de atracação é tarefa fundamental para o efetivo funcionamento do porto organizado. A inadequada ou ausente prestação desse essencial serviço pode, inclusive, inviabilizar toda a atividade do Porto, com incalculáveis prejuízos para todos os agentes envolvidos no processo de importação e exportação."

Outro relatório, este realizado pela Divisão de Engenharia da APPA, detectou a necessidade de dragagem urgente, ainda em junho de 2003, que em virtude do tempo transcorrido até este mês de maio de 2004 deve ter se agravado ainda mais pelos assoreamentos normais, o que por si só já denota a necessidade da contratação urgente de empresa de dragagem.

O próprio Superintendente da APPA manifesta sua sensibilidade em relação à essencialidade dos serviços de dragagem nos Portos que Administra, quando encaminhou Ofício 054/2003 – APPA ao representante da empresa Bandeirantes, senão vejamos:

"(...) constitui inarredável obrigação dessa empresa o exato cumprimento de seu objeto, em especial pelo fato do serviço de dragagem constituir imperativo de funcionamento regular do porto organizado, sob pena de responsabilização, cível e criminal, da empresa prestadora do serviço mencionado, em caso de qualquer acidente decorrente da não adequada execução dos serviços sob sua responsabilidade."

Recomenda-se à CPI que Solicite à APPA todas as batimetrias, laudos técnicos, sobre a situação atual das profundidades, bem como o depoimento do Capitão-de-mar-e-guerra dos Portos, de funcionários da Paranaguá Pilots (Praticagem do Porto de Paranaguá), para que informem quando a situação atual e da necessidade de dragagem; bem como de outras pessoas afeitas ao tema.

Item 03 – Higiene e profilaxia da APPA

A APPA rescindiu unilateralmente o contrato de prestação de serviços de limpeza com a empresa Waleservice Limpeza e Conservação Ltda., em dezembro de 2003. Esta questão também está sendo discutida judicialmente.

No entanto, verificou-se claramente que a APPA não seguiu os procedimentos legais para esta rescisão, uma vez que não instaurou o devido procedimento administrativo, em contrariedade aos princípios da ampla defesa e do contraditório. Neste caso, após a abertura do procedimento, seria admissível, que a APPA sustasse o pagamento até decisão final, e contratasse uma empresa de forma emergencial por noventa dias, ou até o término do referido procedimento.

Mesmo após a rescisão contratual, com a contratação emergencial da empresa Máxima Asseio e Limpeza Ltda., em janeiro de 2004, a situação de falta de limpeza permaneceu, senão piorou. A ANTAQ, quando elaborou seu relatório, em fevereiro do corrente ano, apontou esta problemática.

Ademais, a contratação emergencial, na realidade foi desvirtuada para a dispensa de licitação na contratação de remanescente de serviço, que exige o convite dos demais colocados na licitação anterior, o que não foi feito.

Mas o que é mais grave, a APPA negligenciou quanto à escolha da empresa na contratação (emergencial) de remanescente de serviço, tendo em vista que não requisitou e verificação a documentação relativa à regularidade jurídica e fiscal da empresa, exigência da Lei 8.666/93.

A confirmação desta situação é identificada na Comunicação da própria APPA à empresa Máxima, para que regularizasse sua situação de cadastro de licitantes, em 10/03/2004.

É importante que se verifique quais as medidas foram e estão sendo adotadas pela APPA em virtude da inexecução contratual da empresa Máxima, e se está sendo rigorosa como foi em relação à empresa Waleservice, bem como quais os procedimentos pretende adotar para resolver este problema que envolvem inclusive a incolumidade das pessoas.

Item 04 - Falta de liberação do terminal de contêineres de Paranaguá - TCP (Prolongação do Cais 216 do Porto de Paranaguá)

Através de rescisão unilateral, a APPA impediu que a empresa Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) pudesse operar na ampliação do cais por ela construído. Porém judicialmente, através de tutela antecipada, garantiu-se a execução integral do contrato, corroborando-o como válido, autorizando a operação.

Nota-se que a APPA agiu, e conforme a análise dos demais itens deste Relatório, tem agido em desconformidade com a lei e os contratos, de forma arbitrária, o que poderá acarretar a médio e longo prazo grande prejuízo aos cofres públicos em virtude de possíveis condenações em ações indenizatórias.

Tendo em vista as denúncias que foram trazidas a esta Comissão de que navio(s) que teria(m) atracado no Terminal da TCP, antes de entrar em vigor a portaria autorizativa, recomendou-se à CPI que solicitasse documentos neste sentido, bem como para que o IAP encaminhe os processos de licença para operação do Terminal, indicando a fase em que se encontram e para que explicitasse se há algum impedimento para operação já que teve licença para o projeto e a execução do mesmo, explicando os motivos detalhadamente.

Item 05 - Píer de Inflamáveis da APPA com avarias:

Trata-se de um cais público, com um píer compartilhado, com tubulações independentes, utilizados pelas empresas Transpetro, União Vopak e Cattalini;

-o primeiro acidente ocorreu em 23.05.2003, com verificação parcial de que houveram danos irreparáveis no delfim central D3. Portanto, desde esta data a alta administração da APPA tinha conhecimento dos riscos

ambientais e envolvendo as operações no Píer de Inflamáveis;

em 17.06.2003 registrou-se nova colisão contra o píer já sinistrado, durante a atracação do navio "Respect" contra o delfim D2, com maiores danos acima do nível d'água. Sendo que somente em 09/07/03, foi emitida correspondência comunicando o estabelecimento de "uso do píer de inflamáveis em caráter precário";

No dia 03/08/2003 o comandante do navio "Camo-cin" e o prático Sr. Décio Antônio Luiz ressaltaram em correspondências específicas o alto risco de manobras de atracação no píer de inflamáveis;

em 19/08/2003 o DEPORT/APPA comunica que o píer deverá ser interditado por não oferecer quaisquer condições de operacionalidade, ressaltando ainda, que a apólice de seguros do Porto não cobriria qualquer dano causado a navios ou ao Píer pelo estado de precariedade do mesmo, com o ônus em tais casos sendo de responsabilidade total da APPA;

o relatório de 22/08/2003 elaborado pela Divisão de Engenharia – DIENGE da APPA, conclui pela possibilidade eminente naquela data de ruína total do cais ou de ocorrência de um acidente ambiental;

em 17/10/2003, a APPA comunica à empresa TRANSPETRO a aprovação do projeto de recuperação do píer do cais de inflamáveis, apresentado por aquela empresa em reunião ocorrida em 06.10.2003;

verifica-se uma série de omissões da alta Administração da APPA na condução deste assunto, principalmente pelo tempo transcorrido, pois diversas vezes os departamentos técnicos internos, os usuários, a praticagem e outros, alertaram a Administração sobre diversas situações e danos que poderiam ocorrer pela demora na recuperação do píer de inflamáveis.

Recomenda-se à CPI que identifique se ocorreu perda de tarifas, ou de outras rendas que teriam a APPA como beneficiária, durante o período em que o Píer esteve desativado, também, a verificação da contratação ou não de seguro por parte da APPA, onde deveria constar como obrigação a ser coberta, por Seguro Operacional Abrangente, os lucros cessantes; e se o acionou ou se teve alguma dificuldade no acionamento.

Item 06 - Programa Porto Família (através da cláusula social que originou a contratação entre a ACIAP e a Clínica São Paulo)

O Programa Porto Família foi instituído em decorrência do Acordo Operacional (DOC. 01 F), firmado em 03 de abril de 2003, entre a APPA e os operadores portuários, em sua cláusula sexta.

Ressalte-se a empresa para operar no Porto de Paranaguá é obrigada a assinar o acordo operacional, que inclui esta cláusula.

Este tipo de situação deveria se caracterizar espontaneamente, representando a vontade individual de cada operador. Isso não ocorreu, tanto é verdade que o representante da ACIAP (Associação Comercial e Industrial

de Paranaguá), que foi quem firmou o contrato com a Clínica de Saúde, informou basicamente, em Sessão realizada em Paranaguá por esta Comissão, que o então Diretor Técnico, Sr. Ogarito Borgias Linhares, teria incluído a cláusula contra a vontade dos operadores, e ainda teria apontado a Clínica São Paulo para a contratação.

Contudo, não há previsão legal para que se admita a inclusão de uma exigência como esta, quando o ente público tem o dever de se responsabilizar pelos seus funcionários. Neste caso utilizou-se de um meio arbil e subreptício para, compulsoriamente, transferir à iniciativa privada uma obrigação que lhe é determinada.

Foi estipulado no Acordo Operacional, um valor fixo mensal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) como remuneração dos serviços relativos ao Programa Porto Família. Além da determinação da contratação, era apontado o valor da mesma e ainda com quem contratar.

As investigações merecem ser aprofundadas, devendo ser novamente inquiridos, especialmente sobre este tema, de forma mais abrangente, o ex-Diretor Técnico da APPA, Ogarito Borgias Linhares; a representante da Clínica São Paulo, Mariana Watanabe Gori; o Presidente da ACIAP, Adriano Vidal; além de outras pessoas cujo envolvimento possa ser constatado. Também sugere-se o afastamento dos sigilos bancário, fiscal e de registros telefônicos dos envolvidos, em função dos fortes indícios de beneficiamento de funcionários da APPA, os quais incluíram cláusula descabida e totalmente fora de propósito para um Acordo Operacional.

Conclusão

Após realizar 06 (seis) Sessões Públicas, 05 (cinco) em Curitiba, 01 (uma) em Paranaguá e ainda uma Audiência Pública de cunho Nacional, com a presença de inúmeras autoridades ligadas ao setor Portuário, a Comissão de Fiscalização pôde concluir, em relação à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina que na APPA não prevalece o diálogo, os operadores, maiores interessados no bom funcionamento do Porto não são ouvidos.

Os problemas que poderiam ser resolvidos amigavelmente acabam em longas discussões judiciais, que ao final podem trazer grande prejuízo para a Administração Pública. A própria ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) teve dificuldades para cumprir seu papel legítimo de fiscalizar, e ainda assim apontou inúmeras irregularidades.

Percebe-se que estão sobrepondo-se questões pessoais aos verdadeiros interesses portuários, o que tende a afastar operadores, que perdem a segurança em virtude de possíveis atitudes autoritárias que possam a ser tomadas, somados aos problemas atuais, como falta de dragagem, higiene e controle de zoonoses precárias, rescisões de contratos unilateralmente sem o cumprimento das exigências legais, além da falta de diálogo e o autoritarismo como são tomadas as decisões.

O próprio Procurador Jurídico, Sr. Mauro Maranhão, demonstra esta situação:

“(...) a Procuradoria Jurídica é um cargo meramente de assessoria e ele não participa das reuniões, de nada, entregam a ele aquilo que já vem decidido (...)”

As declarações do Procurador Jurídico da APPA correspondem exatamente aos atos administrativos conduzidos pela Autarquia, ora analisados, uma vez que, são desprovidos de base legal, pois as decisões são tomadas em reunião de diretoria.

Neste relatório foram feitas inúmeras recomendações, ao final de cada capítulo, para que a CPI dos Portos possa aprofundar os estudos e chegar a novas conclusões, contudo é importante deixar claro que a investigação não será suficiente se não estiver aliada à mudança na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, tendo em vista que só assim poderá efetivamente desenvolver-se.

Portanto, é preciso que a APPA passe a ser conduzida através de interesses a ela inerentes, voltada realmente ao setor portuário, com humildade para reconhecer os erros, e propor novas medidas, reduzindo seu campo de atuação para as questões básicas como dragagem, higiene, investimentos, questões que não são menores, pois fundamentais para o bom funcionamento dos Portos organizados.”

A Comissão não usou nenhum critério para ser mais ameno para esse ou aquele lado. Procuramos, como sempre, agir de forma justa, correta, ética, usando a maior importância que tem o trabalho parlamentar, que é o trabalho respaldado de uma equipe técnica.

Quero agradecer e passar esses documentos à CPI do Porto de Paranaguá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta Presidência defere o requerimento de V. Exa., para que seja dado como lido o restante do seu pronunciamento e agradece a contribuição da Comissão de Fiscalização, para o bom andamento da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito do Porto de Paranaguá.

Segundo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Apenas para justificar a ausência do Padre Paulo, que se encontra em Brasília, participando de evento organizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, a convite do Secretário Especial, Odemar Miranda.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

S. Exa., o Deputado Padre Paulo fez essa comunicação ontem, e a Mesa agradece a sua lembrança.

O SR. TADEU VENERI

Estamos fazendo novamente, para que não seja esquecido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Não serão descontados os vencimentos do Padre Paulo.

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de saudar os Deputados peemedebistas. Eles estavam muito bem na televisão, ontem. Parabéns aos nossos companheiros do PMDB de guerra, que estavam brilhantes no programa do Partido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos traz à tribuna, hoje, é um assunto que há muito tempo estamos destacando nesta Casa, e a vergonha continua.

Estivemos, agora, de sábado para domingo, em Ponta Grossa, quando morreu um trabalhador de uma empresa que distribui gás, a Ultragás. Esse cidadão, Celso da Silva Meira, de 34 anos, morreu às duas horas da madrugada; estava internado no hospital. O corpo deu entrada no Instituto Médico Legal de Ponta Grossa às nove horas e foi liberado às dez e meia do dia seguinte.

Venho alertando aqui a pouca vergonha, a falta de respeito que se tem pelas pessoas mais pobres, neste Paraná. Quando é um figurão, alguém da elite, rico, dos poderosos, um corpo rapidamente é liberado em quinze minutos. Quando é um pobre coitado, um homem que se acidentou e caiu de um caminhão, depois de passar alguns dias no hospital, a família teve que suportar quase doze horas de espera!

Imaginem, Srs. Deputados, Sr. Presidente, uma família que recebe a notícia trágica, que perdeu alguém vítima de um acidente, precisa ficar esperando doze horas para poder velar aquela pessoa! Que falta de respeito é essa? Até quando vamos continuar brincando com o sentimento das pessoas, nos IML's do Paraná?

Não é só em Ponta Grossa. Isso ocorre em Curitiba. Ocorre em todos os IML's do Paraná. Até quando o Governo vai brincar com as pessoas mais humildes?

Eu estava disposto a votar o aumento do salário dos Srs. Secretários. Estava convencido que deveria votá-lo, mas, a partir deste caso, aqui, que não é o primeiro que relato nesta Casa - faz mais de um ano que estou reclamando, não vou votar o aumento dos Secretários! Sou contra! Publicamente, sou contra! Porque um governo não coloca, o Secretário não coloca funcionários no Instituto Médico Legal, que tem apenas dois, trabalhando 24 horas por dia, que já estão contando estórias de fantasmas, de tanta coisa que já viram? Eu não posso votar o aumento dos Secretários quando vejo o povo que defendo, o povo mais humilde, o povo mais simples, sofrendo na fila, esperando para tirar um corpo que está no Instituto Médico Legal.

Ainda ontem, numa reunião partidária do PTN, do PT do B, que fui participar, levantou-se um cidadão e per-

guntou o que eu estava fazendo para resolver isto. Eu não sou Governo! Tenho me manifestado nesta Casa, tenho cobrado, tenho pedido, mas não adianta. Então, eu não voto o aumento dos Secretários! Sei que tem Secretários que merecem, sei que são muito bons, mas não me sinto em condições de votar um aumento para quem não resolve um problema de falta de funcionários no Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, Sr. Presidente!

Quero deixar bem clara minha posição. Podem ficar bravos comigo, podem ficar chateados, eu vou votar contra! Não interessa! Vou votar contra, porque, se os Secretários não cuidam do povo, não atendem o povo, não podem receber! Aumento para quê?

Então, Sr. Presidente eu gostaria, mais uma vez, de manifestar nossa tristeza em vermos, aqui os Secretários querendo aumento, quando eles não põem gente para cuidar das pessoas mais humildes do Estado do Paraná.

Espero que o Governo Requião, que é um governo preferencialmente pelos pobres, "Carta Del Puebla", Sr. Governador, vamos cuidar dos Institutos Médicos Legais do Paraná! Ali está o sofrimento! Ali está a dor! Os pobres ficam quatorze horas esperando, e agora quando é o "bacana", o corpo é liberado em quinze minutos! Espero que este Governo, que quer aumento aos Secretários, respeite o povo, primeiro! Enquanto não botar funcionários no Instituto Médico Legal, eu não voto este aumento!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o Pequeno Expediente, Sr. Presidente, para fazer algumas considerações em relação ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa, que diz respeito ao Porto de Paranaguá.

Desde o ano passado, as denúncias que chegaram a esta Casa, trazidas pelo Deputado Waldir Leite e também pelas empresas que operam na cidade de Paranaguá, mais precisamente no Porto de Paranaguá e Antonina, fizeram que a Assembleia Legislativa se mobilizasse através de sua Comissão de Fiscalização e realizasse algumas reuniões com depoimentos de Diretores do Porto, com algumas empresas, e até a realização de uma audiência pública, acontecida aqui no plenarinho desta Casa, com a presença das mais altas autoridades portuárias do nosso País.

O Porto de Paranaguá, Deputado Natálio Stica, - V. Exa. é Líder do Governo na Casa e sabe muito bem do problema que a atual Administração trouxe às empresas que operam, tanto na importação, mas, principalmente na exportação. Tudo começou com a proibição dos transgênicos. Primeiro, o plantio; depois, o transporte; e, mais tarde, na exportação via Porto de Paranaguá, de qualquer produto transgênico. Não só do Paraná, mas também de

outros Estados da nossa Federação, pelas atitudes adotadas pelo Governo do Estado através da Superintendência e desta tribuna, Deputado Luiz, a V. Exa. que representa o Município e a região do norte de Maringá, uma região altamente produtiva, agrícola, que representa, por extensão, o setor das cooperativas, sabe que os transgênicos são liberados pelo Governo Federal desde que o agricultor assine o termo de ajuste.

E aqui no Estado do Paraná, o Governo não permite! Agora, nós aprovamos um pedido de informações, pedimos qual é a base do Governo que estava se sustentando para proibir o embarque de produtos transgênicos via Porto de Paranaguá, qual é a legislação que estava embasando o ato do Governo do Estado, e ele nada trouxe de concreto para a Assembléia Legislativa.

Poderíamos falar várias questões sobre os transgênicos, mas, o que nos traz, efetivamente, é o trabalho desenvolvido pela Comissão de Fiscalização e hoje oficialmente entregue para a CPI aqui na Assembléia Legislativa para que eles possam dar continuidade a esse trabalho iniciado pela Comissão de Fiscalização e agora pela CPI, que tem poder de polícia.

O Paraná perdeu muito com essas atitudes adotadas pelo Governo do Estado. Quem ganhou com isso foram Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. As empresas saíram do Paraná e foram para outros Estados.

Na semana próxima passada, nós também, desta tribuna, lembrávamos ou denunciávamos aquilo que a imprensa já tinha noticiado, que as empresas montadoras estavam saindo do Paraná e procurando outros Portos para exportar, como é o caso da Renault, Kaiser, New Holland e de outras empresas. Dizer então que acredito que a CPI venha para apurar, e o Deputado Valdir Rossoni, tenho certeza, não vai calar-se e vai fazer um grande trabalho em relação à CPI do Porto de Paranaguá. A sociedade do Paraná tem que saber, o Paraná não pode ser penalizado. Nós não podemos perder aquilo que conquistamos às duras penas, e, de repente, por atos administrativos, estamos vendo as coisas saindo do Paraná.

Já disse uma vez que o Lula - e não tenho motivo nenhum para defender, porque o meu Partido, PFL, é oposição ao Governo Federal - o nosso Governo tinha que fazer o que o Lula faz em Brasília, essa viagem que ele fez recente para a China. Procura exatamente atrair investimentos para o Brasil, e o Paraná espanta os investimentos, rompe os contratos, expulsa as empresas do nosso Estado! Vamos atrair investimentos, fazer com que possamos desenvolver o nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor Presidente, Sras e Srs. Deputados. Uso a tribuna na tarde de hoje para fazer um registro nesta

Casa, da presença na noite de ontem, na Capital paranaense, de uma das mais respeitadas figuras do mundo político, nacional e internacional o ex-Presidente da república, Fernando Henrique Cardoso. Veio à Capital paranaense, fazer uma palestra a favor da Fundação Pró-Renal de Curitiba falou ele sobre ética e moral na política. Teve a oportunidade de dar uma demonstração do conhecimento político, administrativo, do grande estadista que é, para os paranaenses. Fez um relato sobre a situação econômica do Brasil, de como se faz para governar um País, não apenas com palavras, mas acima de tudo com ações, com atos, com demonstração de competência, de habilidade política, e acima de tudo, dando uma demonstração de bom democrata como é, tendo habilidade, durante os oito anos em que esteve à frente da Presidência da República, com muita competência e eficiência soube manter as forças políticas no Congresso Nacional e no Senado, ao seu lado; dando ao Brasil um impulso enorme perante a economia do mundo, fazendo com que o País passasse a ser respeitado em todo o continente, e propagando este País para o resto do mundo.

Portanto, tivemos a felicidade de, na noite de ontem, ter a presença então aqui na capital paranaense, do eminente homem público, respeitado internacionalmente, Fernando Henrique Cardoso.

Após essa palestra proferida lá no Estação Plaza tivemos a alegria e a felicidade de estar no seu convívio num jantar reservado com a Bancada do PSDB, e mais alguns Parlamentares que lá estiveram presentes, simpatizantes de Fernando Henrique, Deputado Augustinho Zucchi, que preside a Casa neste dia, Deputado Kielse, foram dar um abraço no nosso querido ex-Presidente da República.

Quero deixar registrado nos Anais desta Casa a presença histórica do nosso então Presidente da República na capital paranaense.

Além disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar o pronunciamento do Deputado Elio Rusch, que fez aqui algumas manifestações sobre a situação dos transgênicos com relação ao Porto de Paranaguá, dessas dificuldades que o Governo do Estado vem criando com relação à soja transgênica em todo o Estado.

Há poucos dias nós vimos pela imprensa nacional, estadual, pelos jornais, pelas televisões, de que a ONU reconhece que os transgênicos combatem a fome no mundo.

(Lê):

“A verdade é uma vítima freqüente dos grandes ditadores, dos governantes que falam alto demais, dos poderosos que se julgam acima do bem e do mal.

Pois a verdade sobre essa polêmica aberta pelo Governador do Paraná, acaba de receber um pouco de luz com o reconhecimento, feito pela Organização das Nações Unidas, a ONU.

Diz a ONU que a pesquisa genética, que aumentou a produtividade agrícola nos últimos anos, é a responsável pela maior oferta de comida no mundo.

O que a ONU diz, em outras palavras, é que a pesquisa genética ajuda a reduzir a fome no mundo.

E qual a contribuição do Paraná para aumentar a produtividade e a oferta de alimentos?

Bem, aí temos duas respostas.

A primeira vem do campo, onde nossos agricultores têm batido seguidos recordes de produção. A agricultura se moderniza, investe em técnicas de correção do solo e aumenta os cuidados com a preservação do meio ambiente.

A segunda resposta vem do governo do Estado, que não planta nada e nem colhe nada. Aliás, planta sim! Planta a semente da discórdia, da confusão, da ameaça! E colhe prejuízos! Muitos prejuízos! Os prejuízos mais recentes estão no Porto de Paranaguá, onde os volumes de soja exportados neste ano são significativamente menores que no ano passado, justamente pelos problemas criados pela gestão desastrosa do Diretor do Porto, não por acaso irmão do Governador.

O Governo ignora o que diz a ONU e alega que a proibição aos transgênicos vai trazer lucro aos agricultores paranaenses. Chegou o mesmo a divulgar que a China compraria somente soja tradicional e proibiria a importação de soja transgênica. Nada mais longe da verdade.

A China não apenas planta soja transgênica como também não proíbe a importação e não paga um centavo a mais por soja tradicional.

A informação é do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, Charles Tang. Para que fique bem claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Tang afirma que a China não proibiu ou restringiu as compras de soja transgênica, e nem vai pagar preço diferenciado pela soja tradicional.

O resto é conversa mole para tentar iludir os nossos agricultores. Aliás, essa polêmica que se cria em torno da soja transgênica me faz lembrar uma outra, nos anos 70, quando o milho híbrido começou a ser cultivado no Brasil. Naquela época, não faltavam aqueles que, a exemplo do atual Governador, propagavam boatos e falsas verdades para tentar desestimular os agricultores que pretendiam aderir ao milho híbrido. Entre as coisas mais frequentes, dizia-se que o milho híbrido tinha uma semente dura demais, que o gado não conseguiria mastigar milho, que a produtividade era baixa, que o plantio do híbrido empobrecia a terra, porque retiraria todos os nutrientes e depois de três safras nem mato nasceria naquela terra.

Tudo isso era mentira. O milho híbrido não só aumentou tremendamente a produtividade agrícola como também não trouxe qualquer desequilíbrio ambiental. E o que era o milho híbrido, senão um primo cientificamente pobre da soja transgênica? O milho híbrido foi obtido a partir dos cruzamentos genéticos de várias sementes. A

soja transgênica é obtida a partir da incorporação de novos genes, mais resistentes a pragas e agrotóxicos.

A outra falsa verdade é que esse mercado de transgênicos é dominado pela Monsanto, a multinacional norte-americana que primeiro desenvolveu a soja transgênica.

A EMBRAPA já tem três variedades de soja transgênica prontas para serem oferecidas aos agricultores brasileiros.

Agora, eu gostaria de perguntar ao Governador: se a EMBRAPA quiser colocar à disposição dos agricultores paranaenses as suas sementes de soja transgênica, o que ele pretende fazer? Vai mandar queimar as plantações, como fizeram os integrantes do MST com a área da Monsanto em Ponta Grossa? Vai reclamar ao Presidente Lula? Vai mandar a polícia prender os agricultores?

Está na hora de fazer o balanço sobre essa posição raivosa que o governador tem demonstrado em relação aos transgênicos. Está na hora de o Paraná ver claramente que a posição política do Governador não traz benefício algum ao Estado. Está na hora de ver que a nossa economia está perdendo recursos para outros Estados.

Se o Governador não tiver a humildade de refletir sobre essas verdades que acabam de ser colocadas aqui, é porque não ele não se importa com o que vai acontecer com a agricultura paranaense no futuro.

Eu, sinceramente, espero que o governador troque o discurso inflamado dos palanques por uma ação mais concreta em defesa dos agricultores paranaenses."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de prosseguir com o Pequeno Expediente, em nome do nosso querido Deputado Duílio Genari, gostaríamos de registrar as seguintes presenças: Djalma Bosi dos Santos, Prefeito Municipal de Brasilândia do Sul; Milton Alves dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul, e Nelson Luiz Dalben Carnilhute, Vereador em Brasilândia do Sul. Nosso muito obrigado pela visita e sejam bem-vindos a esta Casa.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu tenho acompanhado no decorrer das últimas décadas os sérios problemas de corrupção que acontecem nos Municípios, nos Governos de Estado e também no Governo Federal. Tenho acompanhado e visto no decorrer desses anos uma série de negócios irregulares envolvendo empresas de informática, geralmente, em corrupção e favorecimento àqueles que governam, ou os Municípios, ou o Estado ou até mesmo a União.

Tenho visto desvio de recursos via empreiteira de obras, com superfaturamento; enfim, denúncias acontecem no Poder Público como um todo: favorecimento às empresas prestadoras de serviço que acabam entrando em

entendimento com o governante e fazendo com que ela seja usada como desvio de recursos; negociações entre Municípios e empresas de lixo que acabam sendo um instrumento para desviar recursos públicos.

Vejo também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, negociação em especial no valor da tarifa de ônibus, onde o governante se entende com a empresa que explora o transporte e desta forma eleva o preço podendo ajustar as planilhas de preço e fazendo com que recursos significativos acabem sendo desviados favorecendo alguns governantes.

Agora, pasmem, uma grande novidade para mim, Deputado Durval Amaral, um novo modelo de desvio de recursos públicos: vi na grande imprensa nacional, nesta semana, denúncias acontecendo com relação às ONG's - as organizações não-governamentais. Em Brasília, uma denúncia seriíssima de uma ONG chamada "Ágora" que serviu de instrumento para favorecimento de membros do Partido dos Trabalhadores nos últimos anos. Está na grande imprensa nacional. E mais: só no ano de 2003, Deputado Bradock, vimos o Governo Federal repassar para essa ONG, sete milhões e meio de reais, para que ela pudesse fazer cursos de qualificação de mão-de-obra.

Pasmem, esses recursos foram repassados para poder fazer com que o programa "Primeiro Emprego" pudesse ser implantado dentro do nosso País. Infelizmente, o programa "Primeiro Emprego", pelo que nós vemos os dados, gerou muito pouco emprego no nosso País.

Agora, a ONG chamada "Ágora" sendo dirigido pelo Dutra, amigo pessoal do Presidente da República, que colocou o seu avião por várias vezes à disposição do Presidente para levá-lo pescar no pantanal matogrossense, recebeu recursos significativos na sua ONG proteger, - nos últimos anos, pessoas que hoje - membros do Partido dos Trabalhadores - estão assessorando o Zé Dirceu, lá no Palácio do Planalto.

Enfim, é um novo método, na minha avaliação, de utilizar recursos, que acabam, favorecendo determinados políticos no nosso País e onde, infelizmente eu vi a prestação de contas dessa ONG, Ágora, sendo coberto com notas fiscais frias. Mais de quarenta e cinco notas fiscais frias que foram utilizadas por essa ONG que deu uma cobertura no valor de mais de oitocentos mil reais.

Fico triste, Sr. Presidente! Vários instrumentos para desviar os recursos públicos, e agora mais um: a famosa ONG, que é criada, é formada, como instrumento para prestar serviços à população, à comunidade e servem para receber recursos dos governos, que, nesse caso, estão sendo desviados para favorecer alguns políticos no nosso País.

Quero ver o desenrolar de tudo isso, dessa denúncia que aí está. Já está no Ministério Público Federal e vamos ver exatamente os valores e aonde foi parar esses dinheiro, coberto na contabilidade pelos dirigentes dessa ONG, com notas frias.

Quero ver o desenrolar nos próximos dias das investigações que acontecem, a própria imprensa dando cobertura em cima dessa ONG, para vermos aonde foi parar esse dinheiro que teve notas fiscais frias na prestação de contas, para poder, essa ONG, prestar contas junto ao Tribunal de Contas da União.

É sério! Mais um instrumento de desvio de recursos e o Poder Judiciário, o Ministério Público têm que aprofundar as investigações para sabermos aonde está indo parar o dinheiro do nosso povo trabalhador, do nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No dia de ontem, cumprindo a legislação eleitoral, o uso do horário eleitoral gratuito foi do PMDB.

Costumo assistir aos programas políticos. Não discrimino ninguém, assisto de todos os Partidos, até como uma maneira de apreender e também de constatar se aquilo que se diz, que se propaga como verdades, como feitos, são verdadeiros ou são falsos.

E, para minha surpresa, ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pude ver pela televisão inúmeros amigos e companheiros fazendo a sua participação, com muita eloquência, com muita precisão e quero parabenizá-los.

Só tenho que fazer uma ressalva, Sr. Presidente, às palavras do Governador Roberto Requião. Ele tanto na rádio como na televisão, teve a "cara de pau" de dizer que aqui no Paraná o que se fala em campanha, realiza-se na prática. E aí também chamo a atenção de um outro Partido que presta apoio ao Governo do Estado, porque entendi como uma cutucada no outro Partido, quando ele afirma: não como outros Partidos que se elegem com um discurso, e no poder aplicam outra prática.

Ele não está falando a verdade, não! Está mentindo para o povo paranaense. Todos lembram, Sr. Presidente, que o grande mote da sua campanha foi que no primeiro dia ele acabava com o pedágio. E hoje ainda eu escutava, pela Rádio CBN, uma entrevista com o Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Dr. Tissot, dizendo que vão entrar com outro tipo de ação na Justiça, porque vão contestar os proprietários dos pedágios, que querem o reajuste.

Então, vejam só, Srs. Deputados. Já estamos no término do mês de maio de 2004 e mais doze meses do ano de 2003, são dezessete meses que se passaram, e até agora nada, como disse logo após a entrevista do Dr. Tissot, o analista e jornalista respeitado Mazza: vamos acabar com essa brincadeira, isso é uma palhaçada; de um lado o Governo tentando enganar a população e de outro, os empresários do pedágio tentando ressaltar ou resguardar os seus direitos. E dizia, com muita clareza, o

jornalista Mazza: isso é uma questão judicial, é um contrato que foi feito e executado. Tanto é verdade, que já veio para esta Casa um projeto que se transformou em lei, autorizando ao Governador, ao Executivo, encampar o pedágio. Enfim, demos ao Executivo tudo o que ele pediu, e até agora, não resgatou a palavra que empenhou com o povo paranaense, que iria acabar com o pedágio.

Então, ontem, no programa do seu Partido, ele mais uma vez faltou com a verdade ao povo paranaense e tentou atingir outro Partido. Não foi capaz de respeitar, quando disse que outros Partidos ganham eleição e vão governar com outro discurso que não aquele da campanha eleitoral.

(Passa a fazer uso do Horário da Liderança do Partido)

Mas, fosse só a questão do pedágio, poderíamos dizer que a questão do pedágio é uma coisa complicada. Tem um contrato, depende de decisão judicial, às vezes as coisas são morosas e existem os recursos para outras instâncias no Judiciário.

Mas, tenho algo que atingiu violentamente a minha cidade, que represento nesta Casa, a cidade onde nasci, cidade onde meus pais, meus bisavós, meus avós nasceram e onde fui Prefeito. Ele, em um ato unilateral, em uma canetada determinou o cancelamento do vestibular em quinze cursos da UNICENTRO. Uma universidade que foi criada quando ele foi candidato a Governador em 1990, em épocas eleitorais, e que durante o seu primeiro governo ele não a reconheceu, e que o ex-Governador Jaime Lerner, no seu primeiro ano, no primeiro mandato, fez reconhecimento da universidade e, não fosse só isso, para lá autorizou mais de vinte e cinco cursos.

Deputado Natálio Stica, o senhor sabe, dizem os reitores que as universidades têm autonomia e nós sabemos que ela tem autonomia; agora depende da vontade política do Chefe do Poder Executivo, porque é aquele que detém a chave do cofre.

Então, vejam os senhores isso depende da vontade política do Governador, tanto é verdade que o ex-Governador Jaime Lerner reconheceu a UNICENTRO e autorizou a instalação de mais de vinte e cinco cursos! Está aqui nos jornais: “o Governador Requião determinou o cancelamento de quinze cursos”. E o que é mais grave é quando ele diz no programa do seu Partido, que faz um discurso e exerce aquele discurso. Lá, em Guarapuava, na campanha eleitoral, Deputado Accorsi tinha - eu não estava, mas quem foi reafirmou - mais de vinte mil pessoas, Deputado Rossoni, e ele disse naquele tom incisivo de quem tudo pode, de quem tudo faz: Se for eleito - não sei como ele faz, quem tem essa prática de movimento de mão parecido com o do Governador é o Deputado Zucchi e sabe muito bem como o Governador Roberto Requião costuma usar as mãos - ele faz uma colocação: se fosse eleito, em seis meses instalaria o

curso de Medicina, que já tinha sido autorizado pelo ex-Governador Jaime Lerner.

Pois bem, não autorizou o curso de Medicina, quer dizer, o discurso da época eleitoral, é um e o discurso de quando governa é outro completamente diferente.

Então, nós podemos constatar o que? Que ele continua sendo o embusteiro costumaz, que todos nós conhecemos.

Agora, em um ato de tentar minimizar aquilo que fez, semana passada autorizou a reabertura de vestibular em quatro cursos. Quatro cursos! Quer dizer, Deputado Rossoni, tira quinze, devolve quatro, faz a festa e diz que está tudo bem! Meu Deus do céu, ninguém é bobo, ninguém é palhaço! O povo da minha terra, a gente de Guarapuava, não aceita esse tipo de brincadeira! E o pior, autorizou quatro cursos que, costuma-se dizer, o gasto é saliva e giz. Sabemos disso!

E vou dizer quais foram os quatro cursos que ele restabeleceu o vestibular: Curso de Arte e Educação, Filosofia, Secretariado Executivo e Serviço Social. Em contrapartida, nós temos os cursos de Psicologia, Fonoaudiologia, Farmácia, Educação Física e Engenharia Ambiental.

Então, os senhores vejam, está brincando conosco, pensa que os paranaenses são bobos! Pensa que Guarapuava não entende, pensa que um ato desse vai novamente bater a carteira do povo de Guarapuava! bater a carteira, sabe por quê? Porque bateu a carteira durante as eleições: foi e disse que iria levar o curso de Medicina! Prometeu! Elegeu-se! Não implantou o curso e mandou fechar outros quinze!

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Carli, V. Exa. é um tribuno por excelência. V. Exa. fez um extraordinário pronunciamento nesta Casa, dando realmente com muita clareza, o que acontece neste Estado com ações, infelizmente desastrosas desse Governo. Se nós fôssemos instituir o dia internacional da mentira, disparado o governador Requião seria o ganhador, não tenho a menor dúvida. Tendo ouvido seus pronunciamentos, tem ganho as eleições exatamente em cima de mentira, mentira e mais mentira.

Eu assistia o programa político do PMDB nesta semana, deputado Ribas Carli, e o Governador dizia na televisão...

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

V. Exa. deu um minuto para o Carli concluir o seu pronunciamento e ele permitiu o aparte. Se ele permitir o aparte a todos que pediram ele vai extrapolar em uns dez minutos.

Então, creio que, na medida do possível, eu procuro ser razoável, mas toda vez que usei a tribuna busquei ficar rigorosamente no tempo que nos é permitido regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Elton Welter, o Parlamentar concedeu o aparte no tempo dentro do minuto concedido por esta Presidência.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Já passaram os vinte e dois!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Mas não tinha esgotado o minuto!

Com sua questão de ordem, eu vou conceder mais meio minuto para que o Deputado Ademar Traiano possa concluir o aparte.

O Sr. Ademar Traiano

Apenas Deputado Fernando Ribas Carli, quero me solidarizar e dizer a V. Exa. que realmente nós vamos instituir o dia internacional da mentira, porque no programa eleitoral do PMDB, eu via o Governador, com a eloquência que lhe é peculiar, dizendo - só nos últimos quatro meses deste ano criamos 40 mil empregos no Paraná, 160 mil empregos indiretos.

Pelo amor de Deus, vá mentir lá para outros Estados, mas não aqui no Estado do Paraná, porque nós estamos cansados de ouvir mentira, como fez do estelionato eleitoral, da sua eleição de Senador, mentindo para os Prefeitos que ia levar a obra e não levou até hoje, como está fazendo com o estudante paranaense, castrando o direito dos nossos filhos estudarem em universidades estaduais, como fez em Guarapuava, em Ponta Grossa, em todas as regiões do Estado.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, Deputado Traiano. eu queria, de público, pedir desculpas ao deputado Natálio Stica, porque realmente foi ele quem pediu o aparte em primeiro lugar, mas eu confundi, porque os dois pediram lado a lado, e desculpar-me por não ter-lhe dado o aparte.

O Sr. Natálio Stica

Eu lhe entendo.

O Sr. Valdir Rossoni

Eu desculpo também, deputado Carli.

O Sr. Artagão Júnior

Eu também desculpo, Deputado Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

E os outros Deputados também, na sequência, mas o caso mais evidente ficou do Deputado Stica, e realmente ele era o primeiro para conceder o aparte e eu só teria possibilidade de dar aparte a um Deputado.

Então, todos os outros colegas quero pedir desculpas em não poder ter tempo suficiente para conceder o aparte, porque gostaria imensamente de ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Grande Expediente nós temos um requerimento aprovado pela Deputada Luciana Rafagnin que solicita este horário para o uso e pronunciamento da diretoria do SINDISAÚDE.

Ao agradecermos a presença de todos os nossos visitantes, especialmente do SINDISAÚDE, nós, em razão do requerimento ter sido aprovado, concedemos a palavra à Sra. Graziela Basso Sternem, Diretora do SINDISAÚDE, para que possa fazer o seu pronunciamento.

A SRA. GRAZIELA BASSO STERNEN

Boa tarde. Agradecemos a Deputada Luciana Rafagnin, este espaço.

Estamos aqui hoje buscando apoio das Sras. e Srs. Deputados, quanto à GAS, que é a gratificação de atividade em saúde, que consta da Lei do PCCS, a 13666 do QPPE.

Esta gratificação deveria ter sido implantada em julho do ano passado e nessa lei, no artigo 18, onde a GAS está, tem outras gratificações de outras Secretarias, que já foram implantadas e como foi nesta Casa que o PCCS do Magistério foi aprovado, é aqui que vimos buscar o apoio para que esta gratificação seja implantada, e para isso ela precisa de um decreto do Governador.

A preocupação da categoria, que como o PCCS as promoções e as progressões já estão atrasadas, o passivo do Estado está aumentando, mês a mês, juntando com essa GAS que já era para ter saído em julho, isso só vem aumentando mais ainda. A nossa expectativa é essa GAS vai para onde?

Nós estamos aqui hoje, para tentar alertar o Estado desse passivo e dizer que a GAS é um direito, é uma lei. Só estamos pedindo que ela seja implantada, porque nós já estamos com muita coisa atrasada, mais de nove anos sem aumento! Para vocês terem uma idéia, temos auxiliares de enfermagem trabalhando com pacientes com tuberculose, AIDS, pacientes psiquiátricos, e ganham 330 reais por mês!

Os motoristas das ambulâncias que transportam esses pacientes, ganham 228 reais, por mês.

A nossa categoria trabalha em uma área muito desgastante e essa GAS, como está na lei, vem para reconhecer esse serviço. O Governo tem dito que desde que assumiu, a sua prioridade é devolver a dignidade ao servidor público. É por isso que nós estamos aqui, queremos ver essa valorização se concretizar.

Em outubro, o Sindicato apresentou uma proposta de GAS à Secretaria de Administração e, no início de abril, a Secretaria de Saúde apresentou sua proposta. O Deputado Natálio Stica tem nos acompanhado, tem ajudado bastante, nos apoiando nessa tentativa de negociar, porque nós não conseguimos negociar concretamente. Apresentamos a proposta em outubro, a Secretaria de Saúde apresentou a sua em abril, mas até agora o Gov-

ernador não comparou as duas propostas e não disse: isso é viável, isso não é viável.

Em nossa proposta ela é estendida aos aposentados e o DIEESE já fez um cálculo que dá 1.11% na receita líquida do Estado. Então, eu acho que 1% não é nada para nos devolver a dignidade.

Saindo daqui vamos entregar esse abaixo-assinado que tem mais de três mil assinaturas, pedindo a implantação da GAS, lá na Casa Civil e gostaríamos que o Deputado Natálio Stica nos acompanhasse e quem mais pudesse, porque chegamos a um ponto que trabalhar com saúde é trabalhar com morte. Porque não trabalhamos só com vida; trabalhamos também com morte, e não somos valorizados.

Aqui, o SUS é para todos e nós achamos que a GAS tem que ser para todos os que trabalham na saúde.

Buscamos o apoio dos Senhores, no sentido de convencer o Governador, que tem que sair esse Decreto, mas para isso, queremos negociar. É negociando, tentando contemplar as necessidades e as dificuldades que o Estado têm, com as nossas. Queremos concretizar isso, porque chegamos a um ponto em que nos mobilizamos. Se vocês virem ali em cima, tem servidores de todo o Estado, viajaram a noite inteira para aqui estarem e para mostrar que nós precisamos disso, é um direito que nós temos. Contamos com o apoio de vocês, que já aprovaram o PCCS dos professores.

O outro apoio que nós pedimos é com relação ao Projeto de Lei das 30 horas, que, sabemos já passou por várias Comissões e foi aprovado. Hoje, estamos aqui, cheios de gás, pedindo o apoio de vocês e daqui nós vamos para a Casa Civil entregar o abaixo assinado.

Eu vou passar a palavra para a Roseli, que é uma funcionária da base. Ela está lá todos os dias, e vai passar para vocês como é o dia-a-dia dos funcionários da saúde.

Muito obrigada.

A SRA. ROSELI

Boa tarde. Gostaria de complementar o que a Graziela falou.

Sou Roseli, trabalho no Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho há 20 anos, com um salário de 390 reais, ainda porque tenho adicional noturno. Às vezes tenho que comprar vela com o dinheiro do meu salário, porque apaga e a gente trabalha no escuro... A desvalorização nesses nove anos que estamos sem reajuste e ainda ter que dividir os 390 para não deixar os pacientes ficarem no escuro e nós também!

Peço-lhes que ajudem o Sindicato a chegar ao Governador para ele receber e aceitar a nossa proposta. Muito obrigada.

Agradeço e peço, que nos ajudem a chegar lá!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Sr. Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Quero cumprimentar toda a direção do SINDISAÚDE, bem como os servidores que nos visitam no dia de hoje. Acompanhei o SINDISAÚDE em duas reuniões com o Secretário da Saúde, Cláudio Xavier e o Secretário da Administração, Reinhold Stephanes.

A reivindicação da GAS que o SINDISAÚDE traz, com toda razão, é mais do que justa. E, como diz a própria equipe do Governador Roberto Requião: "A saúde é a bola da vez." É por isso que estamos discutindo e pedimos um entendimento dos Srs. Deputados e em especial da APP Sindicato, no sentido da manutenção do veto da retroatividade de fevereiro, porque já atingiu a lei de Responsabilidade Fiscal e os professores já têm a garantia de, a partir de 1º de maio, o Plano de Cargos implantado.

Inclusive um erro da equipe do Governo, na hora de fazer os cálculos, acabaram ultrapassando em 10 milhões, no que foi colocado no Plano de Cargos, e vai ser honrado o compromisso por parte do Governador. A equipe do Governo tem toda a clareza da necessidade da implantação da GAS, se possível em agosto. Do que depende a implantação? Na verdade só depende de números, não há mais o que convencer porque estão todos convencidos. O Secretário Cláudio Xavier, é um dos lutadores para que a GAS seja implantada. O Secretário Reinhold Stephanes tem a clareza de que ela precisa ser implantada. O Governador Roberto Requião já declarou que a bola da vez é o SINDISAÚDE e depois na sequência as outras categorias. Só depende agora de números, para ver se, dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, a aplicação pode se dar no mês de agosto. Se tiver essa condição, está, com certeza, garantida a aplicação do GAS. Caso contrário vamos abrir as conversas.

Não vou poder acompanhá-las até o Secretário Caíto, mas ele vai recebê-las. E, com certeza até agosto, muitas reuniões acontecerão entre o Governo do Estado e o SINDISAÚDE, porque só depende de números para a implantação.

Se Deus quiser, não teremos que ouvir desabafo como esses, de que nove anos passaram e a categoria ficou esquecida pela equipe do ex-Governador. E agora, depois de oito anos de ex-Governo neste Estado, estamos paulatinamente acertando, categoria por categoria.

Estamos ao lado de vocês nessa luta! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Em nome da Liderança do PT, sendo Base de Sustentação do Governo Requião - somos do Partido do Presidente -, sabemos da responsabilidade que sobrecai neste momento histórico em que vivem o País e o Paraná. Esta Lei, 13666, de 2002, o atual Governo colocará em vigor. Sabemos a responsabilidade que é e a importância que têm os servidores da Saúde.

Esse apelo que vocês fazem, na tribuna, foi feito desde o primeiro dia do nosso mandato. Há um reconhecimento firmado pelo nosso Líder do Governo, que realmente os servidores da Saúde estão na fila, na espera, de haver um acordo, um entendimento, naquilo que for o possível, dentro da realidade econômica do Estado do Paraná.

Fui procurado na semana passada, na região Oeste do Paraná. Todos os servidores, através do SINDISAÚDE, nos entregaram esse documento no sentido de buscar uma saída, uma negociação. O governo sinaliza que é possível no segundo semestre. Sabemos da responsabilidade que é.

Isso não foi implementado nos oito anos do Governo Lerner. Fizeram a lei, criaram a expectativa e seremos nós que teremos que implementá-la. Assumimos e vamos batalhar e trabalhar para ter orçamento para isso. Queremos que haja compreensão do Estado como um todo, do setor privado, do serviço público, que se pense o Estado como um todo, que é preciso trabalhar dentro da legislação, para não haver problemas de gestão e sermos cobrados pela lei fiscal!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, eu queria dizer à Graziela, ao pessoal que nos visita hoje, que a Elaine, o Francisco e o José Carlos estiveram em nosso gabinete, em março, levando-nos essa reivindicação. Portanto, é do nosso conhecimento.

Como até agora falaram os companheiros do PT apenas, é preciso dizer que o PMDB - sou do PMDB - foi procurado e também nos somamos aos esforços dos outros companheiros, no sentido de ajudarmos a gestionar e resolver essa situação insustentável e difícil, que nós conhecemos muito bem.

Conforme foi colocado pelos companheiros, anteriormente, leis foram feitas, mas sem dotação. Leis são feitas para serem cumpridas! Poderiam ter sido cumpridas no Governo anterior, quando essa lei foi elaborada, mas isso não vem ao caso. O Governo é das responsabilidades.

Neste sentido, somo-me aos demais companheiros nos esforços, para que essa lei seja efetivamente cumprida. Nós, aqui, somos fiscais do erário público, do patrimônio público, das ações do Executivo, mas, fundamentalmente, temos que ser, como fazedores de leis, também fiscais, para que as leis sejam cumpridas.

Conforme falou o companheiro Stica e outros que me antecederam, existe o convencimento, e seria estranho o contrário. Há o convencimento, a necessidade do cumprimento da lei. Agora é buscarmos alternativas e esforços, para que existam os recursos para que essa lei seja cumprida.

Eu gostaria que as companheiras tivessem, também na Bancada do PMDB, apoiadores dessa questão. Igualmente conversei várias vezes com o Secretário Cláudio Xavier e com o Governador - na oportunidade que tive, de uma agenda, sobre esse assunto.

Portanto, estamos fazendo a nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Após a Deputada Luciana, ouviremos os Deputados Durval Amaral e Elio Rusch, para as colocações com relação ao colocado aqui pelas representantes dos servidores da Saúde.

Com a palavra, a Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Cumprimento aos servidores, trabalhadores da Saúde do nosso Estado do Paraná. Cumprimento e parabéns a Graziela e a Roseli, pela explanação.

Nós vimos acompanhando há um bom tempo a luta do SINDISAÚDE e vemos que esta reivindicação é justa, e bem merecido um reajuste salarial. Vocês estão numa luta mais do que digna, para que todos que recebem o seu trabalho possam sentir em vocês a alegria, a vontade, o amor e a forma pela qual se dedicam a esse trabalho. Para, isto, nada mais justo do que vocês serem bem remunerados, para também poderem tratar bem os pacientes.

Sabemos que nas mãos de vocês é que passa a vida das pessoas. Por isso, nós estamos juntos nesta luta. Queremos dizer que somamos com vocês, não só agora, mas há muito tempo. Como bem disseram, a Deputada Elza, o Deputado Elton, o Deputado Stica, que há muito tempo vêm acompanhando a luta do SINDISAÚDE. Sabemos que há oito ou nove anos atrás, quando vocês estavam reivindicando um salário mais digno, se tivessem sido atendidos, com certeza não precisariam estar aqui hoje.

Infelizmente, não foi possível. Agora estamos com uma grande esperança, pelo bom andamento dos trabalhos, e queremos dizer que podem contar conosco. Naquilo que estiver ao nosso alcance, estamos somando com vocês.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, estamos aqui com o Sindicato da Saúde presente, e é importante ser ressaltado que o Governo anterior falhou com várias categorias de servidores públicos, com os quais sempre tenho me penitenciado, como Líder do antigo Governo, como foi o Deputado Durval Amaral.

Mas, também é importante que se observe que os Parlamentares Governistas que já estão governando este

Estado por um ano e meio, tiveram tempo suficiente para corrigir os erros do Governo anterior. Só espero que estes pronunciamentos sejam conformados no momento em que vier a esta Casa uma lei para ser aprovada.

O que está acontecendo nesta Casa? Prezados senhores, nós temos nesta Casa um veto do aumento do Plano de Cargos e Salários dos Professores que foi prometido para começar o funcionamento no mês de junho do ano passado. E desde lá, foi implantado, agora, no mês de maio! Se nós conseguíssemos o apoio dos Deputados do Governo, nós teríamos a oportunidade de derrubar o veto do Governador e implantar o aumento aos professores no mês de janeiro, retroativo ao mês de janeiro.

Então, quero dizer aos servidores da Saúde que estão aqui, lutando, com todo seu direito, e me penitencio pelo erro do Governo anterior, mas em um ano e meio já houve tempo suficiente para corrigir as distorções. Nós não podemos governar quatro anos e jogar a culpa no Governo anterior, porque senão nós nunca teremos soluções para nossos problemas.

Seria muito bom se as senhoras e os senhores observassem o pronunciamento dos Parlamentares, porque vai chegar um determinado momento, daqui um, dois, três meses, e não vai vir o aumento aos senhores! Aí quero ver o posicionamento desses Parlamentares, porque fazer o discurso fácil para agradar aos senhores, acho que não podemos deixar que isso aconteça sem que nós possamos mostrar aqui o outro lado.

Então, nós estamos hoje no dia 25 de maio. Vamos aguardar até o dia 1º de agosto. Se por uma eventualidade, nada acontecer, eu estarei de volta aqui, cobrando os pronunciamentos dos Parlamentares que estão apoiando. Não adianta apoiar da boca para fora; o que adianta é chegar no homem e dizer olha, nós assumimos o compromisso e essas distorções têm que ser corrigidas.

É este o meu posicionamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Passamos a palavra ao Deputado Durval Amaral, último inscrito.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero saudar os companheiros da área da Saúde por essa justa reivindicação e cumprimentar também o Líder do Governo, Natálio Stica, por capitanear junto ao Palácio Iguaçu essa iniciativa de implementação da GAS para esses servidores, e quero fazer uma sugestão, em nome dos Deputados que compõem o Bloco de Oposição.

Muito bem colocou o Deputado Valdir Rossoni, quando afirmou aquilo que a Oposição tem defendido incansavelmente aqui, que é a implementação do aumento retroativo a 01/02/2004, do salário inclusive dos professores do Estado do Paraná. Aliás, senhores, o Governo do Estado teve uma postura ímpar na questão do salário dos professores.

Sempre dou como exemplo: imaginem o Parlamentar que elabora um projeto de lei, apresenta-o na Casa, e depois quando ele é apreciado, votado, o Parlamentar vota contra o seu próprio projeto!

Na questão do Quadro de Cargos e Salários do Magistério, foi exatamente isso que o Governo fez: apresentou uma Mensagem dizendo que o salário seria retroativo a 1/2 e depois, na maior “cara-de-pau”, desculpem a expressão, vetou a sua própria iniciativa!

Fomos ao Poder Judiciário buscando a inclusão na Ordem do Dia dessa matéria polêmica, para que os professores possam ter esse direito. E agora, pasmem os senhores, estamos vendo o Governo do Estado querendo aumentar a remuneração dos Secretários de Estado, aliás, mais do que dobrando a sua remuneração. Nós estamos analisando exaustivamente, porque me parece que para pagar os professores estamos limitados à Lei de Responsabilidade Fiscal! Para pagarmos os funcionários da área de Saúde, estamos limitados à Lei de Responsabilidade Fiscal! Mas, para aumentar os salários de Secretários de Estado, não existe Lei de Responsabilidade Fiscal! São dois pesos e duas medidas. Então, que nós ajamos com a coerência devida e necessária.

Vamos, efetivamente, dar apoio incondicional aos funcionários da área da Saúde para implementação de seus vencimentos. Vamos cobrar o aumento salarial para os professores, retroativo a 1/2, e vamos deixar sobrestar por enquanto o aumento para os Secretários de Estado, porque existem outras categorias que mais urgentemente precisam ter corrigidos os seus salários.

Muito obrigado. Era essa a contribuição dos Deputados da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ao agradecer a presença dos queridos servidores da Saúde do Estado do Paraná que aqui estão, ao Sindicato, aos SINDISAÚDE, agradecemos também a contribuição dos Srs. Parlamentares.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Antes de passar a palavra ao Deputado Plauto Miró, passamos a palavra, pela ordem, ao Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Apenas pedindo desculpas ao Deputado Plauto, nós, a Deputada Luciana e a Deputada Elza, o Deputado Natálio Stica já manifestou que não tem condições de sair do Plenário para ir acompanhar o SINDISAÚDE; nós vamos acompanhá-los.

Então, pedimos licença ao Plenário para acompanhar o SINDISAÚDE na audiência junto ao Secretário Caíto Quintana, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Antes da palavra ao Deputado Plauto, quero aproveitar a presença dos Deputados que vão até o Palácio Iguaçu e pedir-lhes que falem para o Governador que, ao invés de aumentar os salários dos Secretários, que mande uma Mensagem para aumentarmos os salários dos nossos funcionários!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Plauto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Retornei à tribuna porque quero deixar registrado, Presidente, o começo de mais uma briga jurídica e que está indo para os tribunais, com relação às concessionárias de pedágio e o Governo do Estado do Paraná. Quando os contratos de concessão foram implantados no nosso Estado as concessionárias passaram a ter a obrigação de depositar, dentro de determinados prazos, recursos para um fundo do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, para que viessem a ser utilizados para que a Polícia Rodoviária Estadual pudesse ser equipada.

Nós vimos, há três dias atrás, no pátio do Palácio Iguaçu, o Governador do Estado fazendo discurso sobre a melhoria nos equipamentos da Polícia Militar. Maravilha, a Polícia Militar tem que ser reequipada, tem a necessidade de investimentos significativos serem feitos na Segurança Pública do nosso Estado.

Agora, Deputado Elio, veja só, as concessionárias que foram ameaçadas pelo atual Governador do Estado de serem extintas, ou encampadas - financiaram uma parte daqueles carros que estavam sendo entregues para a Polícia Militar do Estado do Paraná! E nós vemos que elas procuraram o Poder Judiciário do nosso Estado porque esses recursos que depositam nesse fundo no DER é para comprar carros para a Polícia Rodoviária do Estado do Paraná, e o Governador autorizou que os recursos fossem utilizados, uma parte deles, para comprar os carros para a Polícia Militar do nosso Estado!

Repito, a Polícia tem que receber investimentos, mais veículos, só que aqueles carros foram comprados com o dinheiro do pedágio, tão criticado pelo Governador Roberto Requião durante a sua campanha eleitoral, que eu me lembro perfeitamente, assim dizia: “ou baixa, ou acaba”.

O que aconteceu? Não baixou! E numa só das concessionárias o preço diminuiu, porque ganhou uma nova praça de pedágio, então, aumentou a sua receita. Esses recursos do pedágio, tão criticados e tão falados pelo Governador do Estado, estão sendo utilizados, Deputado Valdir Rossoni, para comprar carros para o Governador ir lá na frente do Palácio Iguaçu fazer os seus discursos de que está investindo na Polícia Militar do Estado do Paraná!

O Sr. Ademar Traiano

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Plauto, apenas um registro para contribuir com o seu pronunciamento. Aquela frase célebre do Governador: “ou baixa, ou acaba”, eu percebi que abaixou mesmo. Ali na Polícia Rodoviária de Irati, havia uma placa luminosa: “ou baixa, ou acaba o pedágio”, e a placa abaixou.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Para concluir, Sr. Presidente.

Então, que fique registrado que o Governo do Estado do Paraná estará usando dinheiro do pedágio, tão criticado, para comprar os carros para a Polícia Militar!

Nada contra, mas esses recursos são para ser utilizados na compra de veículos para a Polícia Rodoviária Estadual. Para se ter uma idéia, os recursos que tem em caixa daria para comprar 101 carros, para poder reequipar a Polícia Rodoviária do nosso Estado, e desses 101 veículos, sessenta foram para a Polícia Militar!

Com certeza o Governador, na hora de discursar, não lembrou de onde estavam vindo os recursos.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch

V. Exa. traz à tribuna aquilo que está acontecendo no Estado do Paraná.

Alguém me disse que o Governador tem cobrado das concessionárias a execução de serviços que estão previstos em contrato. Se alguém é contra o pedágio, jamais faria isso.

V. Exa. traz uma denúncia. Se no contrato as empresas têm como disponibilizar recursos para um fundo, para compra de viaturas para a Polícia Rodoviária e foram usados para a Polícia Militar, estranho, o Governador criticar o pedágio.

Encerro minhas palavras. Quando falamos a verdade, ferem os ouvidos de quem dá sustentação ao Governo mentiroso, retiro as minhas palavras.

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Queria registrar esse acontecimento.

E que todos saibam que os recursos tão criticados do pedágio, que é separado mensalmente pelas concessionárias num Fundo do DER, está sendo usado não para equipar a Polícia Rodoviária, e sim, para o Governador discursar nas portas do Palácio Iguaçu, que está resolvendo os problemas da Segurança Pública do Estado do Paraná!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, no Horário do PT, Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Com muita honra uso esta tribuna, pois é um privilégio no século XXI, ser governo. Ser governo do Presidente Lula, ser da Base de sustentação ao Governo Roberto Requião.

Li hoje uma notícia boa, na Gazeta do Povo. Diz lá que a indústria do Paraná tem clara a previsão de que está havendo crescimento econômico, que a perspectiva é boa. Isso que é notícia importante!

O Presidente Lula, na China, fazendo negociações, no sentido de transformar a China num dos maiores importadores de produtos ligados à carne e grãos no Brasil. Quero enaltecer a importância da CPI do Porto de Paranaguá, Deputado Valdir Rossoni. Ela já cumpriu, em tese, o seu papel. Ficou claro que precisa melhorar algumas coisas lá.

O que existe de desinformação que é semeada para todos os paranaenses, muitas vezes nós somos iludidos com a informação. Vou relatar dois pontos importantes: o fato da fila no Porto. Não tem nada a ver com a questão das AGM. Quem testemunha isso são os depoentes. Eles dizem que é por causa da chuva e da parada dos operadores do Porto. Existe um problema histórico de estrutura do Porto, porque quando chove, dá problema. Por isso dá fila, não é por causa da AGM.

Recebi a matéria da Gazeta do Povo, da página 18, onde diz que a indústria garante 35% da riqueza do Paraná. O dia da indústria é comemorado hoje e o Estado tem a comemorar e também um pouco a lamentar, mas o lado positivo é que há sinais visíveis de crescimento na indústria do Paraná e isso significa que poderá haver crescimento econômico seguro e estático no Estado do Paraná e no Brasil.

Quanto ao Porto de Paranaguá, é importante dizer que houve calote de uma empresa que não pagou a conta. Há um empréstimo que é feito muitas vezes para quem opera no Porto e quem emprestou a soja não devolveu e está se apurando, fazendo de tudo para que ele devolva. Tem até inquérito na Polícia. Com a CPI que estamos fazendo, temos que ter regras mais claras para dar garantias quando houver o empréstimo desse Pull que existe lá para fluir naturalmente as exportações, que quem operar e emprestar dê garantias reais para devolver ao Estado ou ao Porto de Paranaguá. Então, vejam só, a importância da CPI que, acredito, dará as garantias possíveis para que oportunistas não se aproveitem de uma situação que ficou vulnerável no Porto de Paranaguá.

Quanto à questão da desinformação que é passada ao povo brasileiro, ao povo do Paraná: no Brasil, o que está em discussão (e veja como já valeu a pena o debate da transgenia aqui no Paraná) é a Lei de Biossegurança, que ainda não foi votada. Não tem autorização no País para plantar semente certificada de transgênico, não existe, não tem, só essa Lei de Biossegurança poderá autorizar.

Mesmo assim, essa nossa luta aqui no Paraná, de não entregarmos os pontos, já valeu a pena, porque há um consenso, há uma unanimidade, inclusive da Bancada Ruralista no Congresso Nacional, de que se tiver que pagar royalty vai ter que ser pequena a proporção para a Monsanto. Esse já é o grande mérito da luta do Paraná, do Governo do Estado do Paraná caso, eventualmente, for liberado no País, porque as medidas provisórias que se transformaram em lei davam garantia para os Estados serem livres, está lá no artigo 4º da lei que está em vigor, que permitiu o plantio.

Quanto à questão do pedágio, que foi falado aqui, quero colocar que, mesmo que não tenhamos conseguido acabar com o pedágio, conseguimos segurar o preço! Não aumentaram os preços! Só o fato de ter evitado o aumento dos preços do pedágio todo esse tempo, também já valeu a pena. Uma empresa conseguiu de fato baixar o preço do pedágio e os paranaenses estão agradecendo por isso.

Nós sabemos do esforço hercúleo que tanto o Presidente Lula como o Governo do Estado do Paraná estão fazendo para haver uma concentração no sentido de melhorar o salário dos servidores da Saúde que aqui estavam. Os professores receberão em folha de pagamento nos próximos dias a reposição do Plano de Cargos que será, com certeza, um grande avanço para eles.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Deputado Artagão de Matos Leão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, não poderia me esquivar de ocupar a tribuna nesta tarde, para esclarecer algumas afirmativas realizadas contra o Governo Roberto Requião e com referência à cidade de Guarapuava, cidade esta que também representamos e que muito orgulho temos de assim fazer, cidade que está sendo beneficiada pelo Governo Roberto Requião, como não foi nos últimos oito anos. E faço um desafio, desde o início do meu pronunciamento: comparar os recursos que foram levados nesses últimos quinze meses pelo Governo Roberto Requião com os recursos levados durante os oito anos do Governo anterior para a cidade de Guarapuava, e aí sim, vamos poder verificar quem foi furtado, se o povo de Guarapuava naquela oportunidade, ou se nesses quinze meses do Governo Roberto Requião.

São fáceis as palavras em função da experiência que muitos políticos têm, mas, na prática e com documentos, é que as coisas ficam mais difíceis de serem provadas.

Evidentemente que nenhum dos Deputados da Base de sustentação do Governo está satisfeito com a

medida do Governador Roberto Requião em, suspender os concursos vestibulares das nossas universidades estaduais. Quarenta e três cursos tiveram as suas atividades suspensas, mas quinze deles já foram retomados, através do Decreto 2950.

Esses cursos foram criados nos anos de 2000 e 2001, e a avaliação junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, está sendo feita em ordem cronológica e somente por isso nós tivemos a retomada de apenas quinze cursos, através do Decreto 2950: quatro são da UNICENTRO - Universidade do Centro-Oeste, universidade de nossa cidade de Guarapuava com campi em outras universidades.

Apenas quatro cursos ficaram pedentes em nossa Guarapuava. Os demais são do campi de Irati e nenhum outro mais, dos demais campi que pertencem à UNICENTRO.

Efetivamente a avaliação e a análise continuam sendo feitas, por parte da Secretaria de Estado e do Governo.

Face à documentação apresentada pela Reitoria da UNICENTRO, face ao trabalho que estamos fazendo junto ao Governo, os Deputados da Base, este Deputado como representante de Guarapuava e o Secretário Aldair Rizzi, não tenho dúvida que muitos deles, senão todos, serão retomados ainda através de decretos que serão assinados pelo nosso Governador.

Não podemos nos esquivar da nossa responsabilidade como Parlamentar, de trabalhar incansavelmente pela nossa região, não somente com discursos, não somente na base da oratória, mas tentando somar forças, formar uma corrente, e juntos buscarmos os benefícios pela região e pela cidade que representamos.

Efetivamente, a polícia feita com transparência e seriedade, muitas vezes não é simpática a alguns, mas as medidas tomadas pelo Governo são necessárias. Se num primeiro momento não trazem simpatia, ao final do processo, ao final da análise feita, nas conclusões alcançadas, sem dúvida alguma serão o melhor para o nosso Paraná, serão o melhor para a nossa UNICENTRO, serão o melhor para as nossas universidades estaduais e com certeza, será o melhor para a nossa Guarapuava.

Mais uma vez tenho a certeza, Guarapuava aceita de braços abertos todas as medidas que forem tomadas em prol da transparência e da seriedade. E tem na pele, através dos recursos que para lá já foram destinados, mais de sete milhões de reais em recursos anunciados. Sem dúvida alguma, mostram a diferença da atenção que este Governo tem com Guarapuava, com o interior do Paraná e com o nosso Estado como um todo.

Continuo mantendo o desafio, e espero aqui, muito em breve, estar esclarecendo essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Já que não pude ter o aparte do Deputado Ribas Carli, quero apenas dizer-lhe que está equivocado quando fala que o Governador Requião reportou-se a algum Partido de Apoio quando disse que não é daqueles que faz um discurso e depois na prática é outro, como V. Exa. faz alusão a algum Partido de Oposição e que neste momento está apoiando o Governador. Na verdade, as palavras do Governador foram direcionadas ao ex-Governador Jaime Lerner, que fez promessas de campanhas e depois de eleito e reeleito jamais as cumpriu! Era isso o que ele estava dizendo!

Quanto à questão do Deputado Plauto Miró, que diz que o Governador usa o dinheiro do pedágio para comprar viaturas para a Polícia Militar, que bom que enquanto não acaba o pedágio o dinheiro está sendo bem aplicado e dizendo onde está e que está sendo aplicado por uma causa que tinha sido esquecida pelo ex-Governador, que são as viaturas da Polícia Militar, que estavam praticamente sucateadas. Mas, eu aqui remeto uma outra pergunta: e antes, no tempo do ex-Governador Jaime Lerner, que fez o contrato de benesse com as empreiteiras e administradoras do pedágio, onde é que ia o dinheiro, que não aparecia nas viaturas militares, não aparecia nas escolas, não aparecia no salário dos servidores da Saúde - que estiveram aqui nas nossas galerias dizendo que nos últimos nove anos não têm aumento e nem reajuste - não ia aos servidores da Educação, que aqui tiveram agora o seu Plano de Cargos, depois também de nove anos sem nenhum reajuste? Onde é que ia o dinheiro do pedágio na época do ex-Governador Jaime Lerner?

Deputados da Oposição aqui democraticamente, se alvoroçam tentando achar um objeto qualquer para tentar denegrir a imagem do Governo, mas em vão!

E queria dizer ainda, porque não pude ter o espaço que solicitei - quando falaram que nos tempos de hoje a corrupção passa até por ONG's! Não temos mais! Se tem alguma ONG, está sendo averiguada. Esta que foi citada, a tal de Ágora, que está citada na revista Veja, inclusive, já foi determinado pelo Presidente Lula uma auditoria, a pedido, inclusive, seja feita pela Polícia Federal, assim como foi pedido na área da Saúde, onde vêm os esquemas e mais esquemas da época do ex-Ministro Serra, e talvez até anterior e que hoje está sendo feito uma auditoria também pela Polícia Federal para que, definitivamente, desbarate qualquer possibilidade de suspeição que recaia em alguma entidade ou alguma Secretaria do Presidente Lula.

No Brasil e no Paraná acabou o tempo dos contratos fáceis, acabou o tempo das benesses, acabou o tempo da entrega das empresas públicas e haveremos de votar, já na segunda-feira, porque vou pedir regime de urgência, para aumentar o capital do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem dois minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço o espírito democrático que a Mesa sempre teve.

Vou pedir para votarmos em regime de urgência o aumento de capital da SANEPAR, com uma dívida da SANEPAR ao Governo do Estado, onde este dinheiro será revertido em compra de ações, para que essa empresa, aos poucos, volte a se tornar a empresa pública que sempre foi, porque, assim como a COPEL e a SANEPAR, poder, como empresa pública voltada ao público com os programas Luz Fraterna e Tarifa Social que vem ao encontro das famílias de baixa renda e de exclusão social do nosso Estado.

Mudou o Governo, mudaram as práticas de governar. Governamos com seriedade e não temos medo do debate. Haveremos, com o tempo curto que temos, de dar respostas a todos os ataques, porque este Governo do Estado do Paraná, bem como o Presidente Lula governando este País, são governos da modernidade, do crescimento, da seriedade, da ética. Como diz o Governador Requião, o governo que tem compromisso, com a opção preferencial pelos pobres, e acabar um dia com a exclusão social que assola o nosso Estado e o nosso País.

É por isso que a cada dia que passa sinto-me mais orgulhoso de liderar uma Bancada que defende o Governo transparente e sério que tem a ética acima de tudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança da Oposição.

Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Carli, por favor, gostaria de ter a sua atenção, pela amizade e apreço que tenho a V. Exa.

Quero dizer ao Deputado Artagão que aceito o desafio que V. Exa. fez para o Deputado Carli. Marcamos para a próxima quarta-feira, Carli. V. Exa. aceita?

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sim.

O SR. VALDIR ROSSONI

V. Exa. traz os recursos que foram enviados pelo Governo Requião a Guarapuava, e o Deputado Carli traz o que ele fez no Governo Jaime Lerner?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sim.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Combinado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Então, quarta-feira, no Grande Expediente, para a mostra da verdade.

Gostaria de aconselhar o Deputado Artagão, que está sendo já um Parlamentar, mas vai pegar uma grande experiência.

O desafio é uma coisa muito perigosa.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Vamos esperar o resultado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Ouvi aqui o pronunciamento do Deputado Natálio Stica e do Deputado Welter. Sinto que vocês, V. Exas., sobem à tribuna um pouco envergonhados, porque sabem que estão cometendo o mesmo erro que o Governo Lula cometeu em sua campanha.

O Governo Lula que ia dobrar o salário-mínimo. Por que V. Exa. não sobe à tribuna e não justifica os 260 reais do salário-mínimo, que era para ser dobrado?

Outra questão que disse aqui o Líder do Governo. É importante prestar atenção, que ONG não tem corrupção. Vocês sabem de quem é a ONG que está roubando o dinheiro público dos brasileiros? Do homem que empresta o avião para o Lula ir passear! Do homem que empresta a casa para ele passar as férias.

E sabem quanto foi? Sete milhões, Deputado Plauto, para o Programa Primeiro Emprego. Pasmem os senhores, sabem quantos empregos até agora esse famoso programa gerou? Não chegou a oitocentos! Até há dois meses atrás, no Paraná, tinha gerado dois empregos, no Brasil 569, e a ONG do compadre, do camarada Lula, recebeu sete milhões para treinar as pessoas para o Primeiro Emprego!

Outra questão. Por falar em mentira, certamente nós teríamos que ter aqui uma Sessão de um mês para procurar todos os programas que o Lula participou e, embutido junto a esse programa colocar o Requião junto, para revivermos o que disse na sua campanha. Eu sei que vocês ficam envergonhados, sei que vocês não estão se sentindo bem. Eu, infelizmente, tenho visto o Líder do Governo sempre se queixar de tão pouco tempo, e acho que as Lideranças têm que ter mais tempo mesmo.

Eu gostaria de concluir o meu pronunciamento.

Sei que V. Exas. estão praticamente subindo à tribuna obrigados, porque, se nós começarmos a reviver mentiras, aqui, meu Deus do céu, o que será do PT? O que será do meu Deputado Welter? E o que será do Deputado Stica, o que será? Ele fala aqui em crescimento econômico e fala dos resultados da viagem à China. Gostaria, Deputado Welter, que V. Exa. lesse a Folha de São Paulo de hoje, dos resultados da viagem à China.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo mais um minuto para V. Exa. concluir o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu quero dizer ao Deputado Welter, crescimento econômico no Brasil! O que eu tenho lido, então eu tenho entendido errado: O Estado de São Paulo bate o recorde; Lula é o campeão; 20% de desempregados em São Paulo. Nunca se chegou a esse número; no Brasil, margeia os 13%. Agora, alega-se que faz apenas um ano e meio. Ora, já estão com um terço do seu governo realizado e o fracasso do governo é tão grande!

Mas, eu avisei aqui, desta tribuna, Welter, eu avisei que quem se entregasse para o Sarney, para o Antônio Carlos Magalhães, para o Jader Barbalho, aconteceria isso. E por isso certamente se os senhores tivessem condições para chegar no Lula, porque eu acredito na idoneidade moral de V. Exa., certamente V. Exas. diriam: Ah, Lula, por que a companhia do Antônio Carlos Magalhães? Ah, Lula por que a companhia do José Sarney? Os senhores sabem o que o Sarney está fazendo hoje em Brasília? Vai instalar a CPI do Prefeito Celso e ele está ajudando! É o escorpião que nós avisamos ao PT, que sempre usou os Governos para o seu bem, e o Lula entrou nesse caminho.

Então, eu fico triste ao ver um Partido que há tão pouco tempo assumiu o Governo estar tão desgastado, estar tão desfavorecido pela situação, porque na verdade só sabiam fazer o discurso e, na hora de governar, falta-lhe capacidade, competência, conteúdo, dinamismo. Falta tudo a esse Governo que está sucumbindo, inclusive em cima de uma questão que eu jamais achava que aconteceria, em cima da corrupção, porque eu sempre achei que o PT não usava desse artifício, mas, infelizmente, os companheiros do Lula estão enterrando também esta parte da história desse Partido.

Muito obrigado.

Encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Qual é o artigo, Deputado Welter?

O SR. ELTON CARLOS WELTER

O artigo, eu não conheço todo o Regimento, mas eu fui citado várias vezes...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado, veja bem, assim como V. Exa. foi citado, no momento em que subiu à tribuna, V. Exa. também citou outros Deputados.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Eu citei, inclusive enaltecendo o papel das CPI's quando me referi ao Rossoni. Em nenhum momento citei no sentido negativo do jeito que ele pronuncia com relação ao nosso Governo que tem combatido a corrupção com muita veemência que foi essa a ênfase que o

Deputado Stica, ali no Governo, colocou que é um governo que realmente combate a corrupção, mesmo que tenha que cortar na carne, como está fazendo, pedindo, fazendo as investigações necessárias.

O Sr. Valdir Rossoni

Sr. Presidente, não cabe a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas não cabe mesmo.

Não há questão de ordem a se decidir.

O Sr. Valdir Rossoni

Então, gostaria que V. Exa. me desse trinta segundos só para dizer, já que o PT está cortando na carne, aproveita a cortar o Zé Dirceu, porque mais um assessor, do seu ladinho, também passou a mão no dinheirinho da ONG lá.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem a decidir.

O SR. NATÁLIO STICA (**Questão de Ordem**)

Foi uma acusação aqui de que passou a mão. Não há nenhuma comprovação.

Peço que retire das notas taquigráficas a denúncia aqui dizendo que houve "passada de mão", enquanto não tiver julgamento.

O SR. VALDIR ROSSONI

Então, eu retiro a "passada de mão". Há fortes indícios afirmados por uma revista semanal de maior crédito neste país.

O SR. NATÁLIO STICA

Fortes indícios, não pode ser aqui objeto de denúncia.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 15/2004, subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Deputados Rafael Greca e Delegado Bradock como titulares e os Deputados Vanderlei Iensen e Alexandre Curi como suplentes da Comissão Especial de Investigação (CEI), para acompanhar o Projeto do Eixo Metropolitano de Transportes de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 019/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo a cri-

ação de um Departamento de Pesca no âmbito da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. À **Comissão de Ecologia e Meio Ambiente**.

Expediente subscrito pelo Deputado Barbosa Neto, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o Deputado Neivo Beraldin para compor como titular da CEI do Eixo Metropolitano de Transportes de Curitiba. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins**.

Expediente subscrito pelo Deputado Ademar Traiano, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o Deputado Luiz Accorsi como titular a CEI do Eixo Metropolitano de Transportes de Curitiba e o Deputado Nelson Tureck como Suplente. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins**.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À **Diretoria Legislativa**.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados**. À **Diretoria Legislativa**.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados**. À **Diretoria Legislativa**.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À **Diretoria Legislativa**.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À **Diretoria Legislativa**.

O SR. NATÁLIO STICA (**Questão de Ordem**)

Só para lembrar aos Deputados da Oposição, que não encerrou a Sessão ainda.

Se eles puderem permanecer em Plenário para votarmos as matérias, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 967, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado**. À **Diretoria Legislativa**.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 013/2004, de autoria da Deputada Elza Correia, que solicita providências visando a construção de Laboratório de Ciências, Física, Química e Biologia e a implantação do Ensino Médio na Escola Estadual do Jardim São Francisco, no

Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. (Publ. no DA nº 035/2004, em 28.04.2004). **Aprovada**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
INDICAÇÃO Nº 013/2004

P A R E C E R :

A presente indicação em análise, de autoria da Deputada Elza Correia, tem por objetivo propor ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de Laboratório de Ciências, Física, Química e Biologia e a implantação do Ensino Médio na Escola Estadual do Jardim São Francisco, no Município de Londrina.

Quanto aos aspectos sobre o qual esta Comissão deve se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais.

Somos, portanto, de parecer favorável à sua aprovação na forma proposta.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

NELSON TURECK - Relator

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 006/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que sugere a criação de cargos de Ouvidor Geral, junto à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, para lotação nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. (Publ. no DA nº 006/2004, em 03.03.2004). **Aprovada**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
INDICAÇÃO Nº 006/2004

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, a presente Indicação pretende que se crie junto à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e para lotação em cada uma das Instituições de Ensino Superior, cargo de Ouvidor Geral.

Para o autor da Indicação considerando que não poderia omitir-se ante as graves irregularidades denunciadas pela mídia relativamente às IES, que inclusive motivaram a criação de uma CPI, sugere a criação do cargo de Ouvidor objetivando abrir canais de comunicação ágeis, para que sejam mais prontamente apuradas e tomadas providências face a eventuais irregularidades.

O Artigo 128, *caput*, do regimento Interno da Assembléia Legislativa, com a redação dada pela Resolução nº 003/2003, diz que: "Indicação é proposição de qualquer Deputado ou Comissão, com o cunho de sugerir a adoção de medidas por parte das Comissões Permanentes da Assembléia, podendo também objetivar o envio

de sugestão a qualquer agente público de outros poderes e agentes privados”.

Já o parágrafo 2º relata: “As Indicações, depois de lidas perante a Assembléia, serão despachadas obrigatoriamente às Comissões com que se relacionarem e mandadas publicar na íntegra.

Da análise do texto apresentado pelo autor, percebe-se seu caráter de importância ao dotar-se a Administração Pública, no que diz respeito às IES, de instrumento moderno de participação e controle social.

A existência do ombudsman já é pacífica na Administração Pública brasileira e mesmo no âmbito do Estado do Paraná e sua configuração como prevista pelo autor somente trará benefícios ao Estado e à Sociedade na busca de uma administração que proteja os interesses e os recursos da própria sociedade.

Somos, pois de parecer favorável ao encaminhamento da Indicação às autoridades do Poder Executivo do Estado do Paraná para as providências ali apresentadas e atendendo ao dispositivo do artigo 128, parágrafo 3º do Regimento Interno: “As Indicações independem de qualquer juízo preliminar da Assembléia”.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de abril/2004, Resolução nº 003/2004. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referentes ao mês de abril/2004, Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 042/2004

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 042/2004, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2004, regulamentada pela Resolução nº 003/2004 de 15 de março de 2004.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição supracitada, entendendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável, aprovado.

Pelo acima exposto, conclui esta Relatoria pela aprovação da presente Proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 12.05.2004.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/2004, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual à Sociedade Espírita Allan Kardec do Município de Cornélio Procopio, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 037/2004, em 04.05.2004). Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 158/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermes Fonseca, institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual à Sociedade Espírita Allan Kardec do Município de Cornélio Procopio, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Grêmio Esportivo e Recreativo Barigui I, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 036/2004, em 03.05.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 146/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Grêmio Esportivo e Recreativo Barigui I, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH

Verificação de votação.

O SR. NATÁLIO STICA

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Nereu Moura que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à chamada nominal**)

Vinte e oito Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vinte e oito Srs. Deputados presentes.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Verificação de votação, a pedido do Deputado Durval Amaral.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Como é que um Deputado ausente pode pedir verificação de voto?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Quem pediu a verificação de votação tem que permanecer no plenário.

O SR. NATÁLIO STICA

Acabamos de fazer a chamada, ele estava ausente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esse é um recurso regimental.

Quem solicitou a verificação de votação deverá permanecer no plenário, ou esta Presidência não fará verificação.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/2004, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Util-

idade Pública a ABBA Promoção Social (ABBAPS), com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 035/2004, em 28.04.2004**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 144/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, declara de Utilidade Pública a ABBA Promoção Social (ABBAPS), com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

Em votação.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Verificação de votação, a pedido do Deputado Durval Amaral.

Os Deputados favoráveis queiram levantar-se.

Chamada nominal, a pedido do Deputado Durval Amaral.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Há quórum, Sr. Presidente.

O SR. DURVAL AMARAL

O Deputado Renato Gaúcho respondeu presença na chamada anterior e não se encontra mais no plenário, Sr. Presidente. O Mauro Moraes também.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Estou requerendo chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Estamos procedendo a verificação de votação, Deputado Durval Amaral.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Sr. Presidente, esta 1ª Secretaria não aceita a insinuação do Deputado Durval Amaral.

Agimos aqui com seriedade e respeito e não aceito insinuação do Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Não é insinuação, Sr. Presidente.

Na chamada anterior, eles estavam presentes.

Agora, estamos votando uma nova matéria.

Não é insinuação e exijo respeito da Mesa!

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

É insinuação e falta de respeito!

(Vozes paralelas)

O SR. DURVAL AMARAL

Não aceito a insinuação!

Chamada nominal.

Se os Parlamentares da Base se retiraram não tenho culpa.

O senhor que os traga ao plenário!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vamos fazer a verificação de votação.

Deputados favoráveis, queiram levantar-se.

Solicito ao 1º Secretário que proceda a contagem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

Vinte e seis Deputados. Não há quórum.

(Vozes paralelas)

Desculpa, porque temos que fazer o inverso.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

Eu, mais o senhor, dá vinte e oito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vinte e sete Deputados presentes mais o Presidente, há vinte e oito.

Há quórum para deliberação.

Vai-se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Procede à chamada nominal)

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Gostaria que o Sr. 1º Secretário dissesse se respondeu à chamada o Deputado Durval Amaral.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

Ele respondeu.

(Continua a chamada nominal)

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Queria consultar à Mesa se faz parte do Plenário o átrio ao lado da Mesa, porque há cinco Deputados em pé, ali, o tempo todo. E, na minha condição de arquiteto e

engenheiro, o plenário é o conjunto de quatro paredes deste salão. E me parece que quando se diz “Deputados em pé”, V. Exa. deve olhar para o lado, porque tem o condão que lhe foi dado, pela sua anatomia, de olhar para o lado e fazer contar os quatro ou cinco Deputados que ficam nos espiando, em pé, ali ao lado da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rafael Greca, temos aqui a chamada nominal e a resposta é de cada Deputado, que tem que dar sua presença.

O SR. RAFAEL GRECA

Quando é nominal. Quando é votação por contagem de quem está em pé e quem está sentado, a Mesa não computou os cinco Deputados, que como corifeus do absurdo, ficam nos olhando e rindo ao lado da Mesa!

Isto debocha com o Parlamento do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Se meu olhar fosse a laser para olhar os Deputados daqui...

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Mas V. Exa. não usa antolhos, como cavalos de carroça! Pode olhar para o lado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rafael Greca, não há questão de ordem a decidir.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Procede à segunda chamada nominal)

Vinte e oito Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Aprovado o projeto.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/2004, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública a Casa Lar, com sede e foro no Município de Faxinal. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2004, de 27/04/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 136/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado André Vargas, declara de Utilidade Pública a Casa Lar, com sede e foro no Município de Faxinal.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar

de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Instituição Semeiar, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 033/2004, de 27/04/2004).

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria o Projeto Cultura Para Todos - sistema de adoção de bibliotecas e equipamentos culturais por empresas com responsabilidade social. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 706/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que institui a Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHC. **Aprovado, Artigo por Artigo.**

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Gostaria de solicitar de V. Exa. que retirasse das notas taquigráficas a afirmação desairosa a essa Presidência, colocando um tampão de carroça, dando outra conotação à Presidência. Acho que isso não cabe neste Parlamento, nós estamos aqui exercendo regimentalmente o nosso direito de nos ausentar no momento em que achamos que isso é válido.

Então, gostaria que o senhor pudesse retirar essa afirmação das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Tenho certeza que o Deputado Rafael Greca vai concordar.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Longe de mim ofender V. Exa.! O Deputado Barbosa Neto não domina a língua portuguesa.

Disse que V. Exa. “não usa antolhos, como cavalo de carroça”! A negativa não ofende; quem nega, não ofende. Quem nega, não afirma. Logo, o que é, não pode não ser!

Houvera S. Exa. lido Parmenides, saberia que o que é, não pode não ser. E o que não é, não pode ser.

Então, não tem que retirar o que não foi dito!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Gostaria de fazer um pedido a V. Exa., com todo o respeito que tenho ao Deputado Rafael Greca, que retirasse das notas taquigráficas as palavras “o Deputado Barbosa Neto não sabe falar português”.

Gostaria de fazer um pedido ao Deputado Barbosa Neto que dissesse comigo, para ver se V. Exa. sabe falar português: eu defendo a democracia!

O SR. BARBOSA NETO

Eu defendo a democracia!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Está aprovado que ele sabe falar português, e que V. Exa. retire das notas taquigráficas.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Gostaria, se me permite, aqui dizer ao Deputado Rafael Greca, que muito embora não seja filho da elite curitibana, com muito orgulho sou filho de uma cabeleireira e um servidor público, sou o primeiro aluno do curso de Jornalismo de uma das Universidades mais renomadas e requisitadas do Brasil, que é a Universidade Estadual de Londrina, e mesmo que não tivesse esse galardão - como aluno laureado - acho que mereço o mesmo respeito que merece um analfabeto. Agora, nunca fui exonerado de cargo algum, envolvido em escândalos de corrupção como bingos e outras coisas mais!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em defesa do Parlamento, em defesa desta Casa, gostaria de fazer uma colocação para que esclareçamos o fato.

Surpreende-me o ilustre e nobre Deputado Rafael Greca não conhecer na Casa ou nas Casas Legislativas, o instrumento da obstrução.

Passou o nobre Deputado Rafael Greca pela Câmara dos Deputados e pelo Congresso Nacional; esta é uma prática costumeira dos Parlamentos. A Oposição, Deputado Rafael Greca, tem a obrigação de obstruir, quando numa votação, nota-se que será desfavorável a ela.

Então, não pode o senhor, com todo o seu conhecimento, com toda a sua cultura, tentar insinuar que os Deputados que se ausentam do plenário porque não concordam com aquela votação e que não têm números suficientes para derrubá-lo, tenham que obrigatoriamente permanecer em Plenário.

Essa é uma das regras e é uma das normas do Legislativo, por isso levantei a questão de ordem, Sr. Presidente, para que fique esclarecido: tantas vezes quantas forem necessárias, a Oposição fará obstrução, como no ex-Governo, quando a Base éramos nós, a Oposição rotineiramente usava desse instrumento porque é uma prática democrática.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Ilustre Deputado Carli, se quer V. Exa. e toda a Oposição obstruir, saiam do Plenário, não fiquem atrás do muro ali presente no plenário!

Outra coisa, sobre o Deputado Barbosa Neto, o desaforo é a ausência do argumento; o desaforo é a derrota confessada.

Muito obrigado. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos ao item 01 da pauta.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino do alfabeto de comunicação de surdos e mudos nas escolas públicas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 949, de autoria do Deputado Natálio Stica, com apoio dos Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Antonio Anibelli, Elza Correia, Nelson Tureck e Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o regime de urgência nessa matéria que pretende efetivamente autorizar o Chefe do Poder Executivo a fazer um aporte financeiro e automaticamente um aumento de capital na SANEPAR, é uma matéria de extrema complexidade e que não precisaríamos votar em regime de urgência. Por quê? Porque ela tem que ser amplamente discutida!

Eu desafio aqui a Liderança do Governo e os próprios Deputados da Base para que possam declinar a esta Assembleia Legislativa qual é o valor total do passivo da SANEPAR, quando é que ela deve hoje, porque é uma questão da maior importância, porque, se nós formos fazer um aporte de capitais na SANEPAR, automaticamente estaremos transformando a dívida de um consórcio composto pelo Grupo Dominó e a Sanepar em toda uma dívida pública, o Estado estará assumindo a dívida da SANEPAR! Não me parece que sem os conhecimentos necessários possamos votar em regime de urgência essa matéria.

Quero entender se a SANEPAR não é hoje uma estatal. Pelo que me consta ela continua sendo, continua fazendo investimentos públicos.

Não temos uma convicção absoluta sobre a conveniência para o Erário Público de investir recursos públicos que poderiam, com tranquilidade, ser investidos em educação, saúde. Poderíamos investir no transporte escolar. Recursos que poderiam ter destinação muito mais abrangente do que o mero capricho, que me parece,

de se excluir definitivamente a iniciativa privada dessa parceria estratégica que existe com a SANEPAR, que detém 70% se não me falha a memória, do capital social.

Para ela fazer um aporte de capital, terá que investir recursos do Tesouro do Estado do Paraná. Serão menos recursos destinados para construção de postos de saúde, de creches, aquisição de ambulâncias e parece que essa matéria está *sub judice*.

Os sócios minoritários, embasados por lei de sociedade anônima, estão questionando junto ao STJ a conveniência e a legalidade desse aumento de capital desproporcional e injusto perante a iniciativa privada. Isso poderá, a médio prazo, fazer com que o Estado tenha que indenizar a iniciativa privada, e poderá gerar mais um passivo para o Estado, mais uma ação de reparação de danos.

O que me causa perplexidade e preocupação é que as dívidas da SANEPAR chegam na casa de um bilhão de reais. Imaginem que nesse um bilhão de reais a iniciativa privada tem a responsabilidade solidária de 300 milhões! Isso, a longo prazo!

A partir do momento em que o Estado exclui, pelo aumento de capital que vai exigir do Governo um aporte de recursos, estará assumindo uma dívida que não lhe pertencia, ou seja, estaremos, quem sabe, transferindo uma dívida da iniciativa privada para os cofres públicos do Estado do Paraná, e tudo em nome de uma programa de televisão que diz que agora a SANEPAR é pública!

Essa brincadeira pode custar aos cofres públicos, além do aumento de capital, - eu sei que vamos ter uma assunção da dívida de mais de 300 milhões da iniciativa privada para o Poder Público.

Isso pode parecer um ato de extrema irresponsabilidade, porque vamos desonerar a iniciativa privada a título de estadualizar uma companhia que não é estadual, ou melhor, que já é, pela sua concepção, 70% estadual para o Poder Público, mas nós vamos estar excluindo a iniciativa privada da sua responsabilidade solidária de pagar mais de trezentos milhões de reais!

Então eu fico, como Parlamentar, sem condições, neste momento, de votar um regime de urgência de tal natureza.

Acho que a matéria é relevante, o Governo tem interesse em fazer esse aumento de capital (aumento de participação acionária), tem até o direito, mas nós, Parlamentares, temos o dever de ter todos os nossos questionamentos respondidos por parte do Poder Executivo e a única maneira e o único mecanismo é fazendo os pedidos de informação; é convidando o Presidente da SANEPAR, o Dr. Stênio, para que ele venha à Assembleia Legislativa prestar esclarecimentos, tais como: qual é o passivo da SANEPAR? É um bilhão? São dois bilhões? É um bilhão e quinhentos milhões de reais? Quanto é o aumento de capital? Quanto dessa dívida proporcionalmente que hoje pertence à iniciativa privada virá para o Tesouro do Estado? Como é que os recursos serão aportados?

Temos que convidar o Secretário Heron Arzua, ele que é Presidente do Conselho de Administração da SANEPAR, para que venha dizer de onde é que serão aportados os recursos, porque me parece que a SANEPAR tem uma dívida a curto prazo com o Tesouro do Estado, algo na ordem de duzentos milhões de reais.

Então, pelas informações extra-oficiais, o Governo do Estado vai apropriar-se dessa dívida da SANEPAR, desses duzentos milhões, revertendo-se integralmente em mais recursos do Tesouro para fazer o aumento de capital, mas se a SANEPAR deve ao Governo do Estado por que não apresentamos esses recursos da dívida da SANEPAR com o Governo do Estado e investimos em construção de salas de aula? Por que não investimos, por exemplo, na recuperação das nossas rodovias, na recuperação das nossas estradas?

Quem desenvolve a política de saneamento do Paraná é no passado, é hoje, sempre foi e será o Governo do Estado. A iniciativa privada que lá está tem 30% não são eles que ditam política de saneamento do Estado do Paraná a política pública, tanto é que o Governo do Estado do Paraná vem à televisão, e diz que a tarifa social, o que cada cidadão paga hoje, é um real e vinte e cinco centavos.

O encaminhamento já está posto.

Então, fica o apelo à Liderança do Governo na Assembléia Legislativa para que, antes que nós venhamos a votar esse regime de urgência, possamos trazer todas as informações a público, fazer uma ampla discussão, convocarmos o Secretário Heron Arzua para que ele diga de onde vão sair os recursos, e também que possamos convidar o Presidente da SANEPAR, para vir prestar os esclarecimentos necessários.

Em tese, não somos contra a medida, mas precisamos de uma ampla discussão. Desta forma, agradeço e espero a compreensão dos Deputados da Situação, sobretudo dos Deputados da Base do Governo e da Liderança do Governo, para que todas as informações sejam prestadas a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vai se proceder à votação...

O SR. ELIO RUSCH (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o Deputado Durval Amaral, que encaminhava contrário a esse requerimento que pede regime de urgência ao Projeto de Lei de Iniciativa do Poder Executivo que visa aumentar o capital do Governo junto à SANEPAR, ou seja, um aporte financeiro para essa empresa. Entendo que o Parlamento é o lugar adequado para aperfeiçoamento das questões, por meio da discussão.

A Assembléia Legislativa tem no seu corpo, diversas Comissões Permanentes. Após a Comissão de Constituição e Justiça exarar o seu parecer sobre a constitucionalidade, com toda certeza o projeto também

será encaminhado às outras Comissões da Assembléia Legislativa.

Eu não sei por que dessa urgência do Governo do Estado, através da sua Liderança aqui na Assembléia Legislativa, nesse projeto. Por quê?

Porque a SANEPAR, como o próprio Governo do Estado diz que voltou ao controle do Governo e graças a essa atitude administrativa conforme palavras do Governador, a SANEPAR começa a dar resultados e consegue implantar a tarifa social de água à população mais carente no Estado do Paraná.

Ora, se o Governo do Estado diz que a SANEPAR, veio não para dar lucro e sim para atender a classe carente, nós já apresentamos, desta tribuna, Sr. Presidente, o balanço da SANEPAR, do exercício de 2003. Mostra exatamente que ela deu 261 milhões de reais de lucro o ano passado, Deputado Valdir Rossoni, conforme publicado no Diário Oficial, e o Governo do Estado vem fazendo uma propaganda até bonita na televisão!

Eu já disse isso, é uma propaganda enganosa, quando disse que uma pessoa estaria pagando apenas R\$ 2,25 por 2500 litros de água, quando isso não é o correto, porque na taxa mínima da SANEPAR, Deputado Rafael Greca, é cinco reais, e aonde existe a rede de esgoto é R\$ 7,50.

Agora, vem o Governo do Estado, pede Regime de Urgência através do seu Líder aqui na Assembléia Legislativa, para um projeto que visa um aporte financeiro do Governo do Estado junto à SANEPAR!

Nós, como Parlamentares e como Deputados aqui da Casa, entendemos que há projetos de extrema urgência, mas este não é o caso.

O que se poderia fazer, Líder do Governo, é um apelo aos Deputados da CCJ para ver com quem está o projeto da SANEPAR, e ver se inclui o mais rápido possível, na próxima reunião, Deputado Anibelli, e V. Exa. fazer, como Líder do Partido do Governador, como fez com o projeto do Plano de Cargos e Salários dos Professores. Quem é o relator desse projeto? Vamos fazer um apelo. Não do plano de cargos e salários, da SANEPAR.

Se o senhor é o relator, se já deu o parecer, deve estar na CCJ. É só falar com o Presidente da Comissão, ele inclui na próxima reunião, vota-se na CCJ, encaminha-se às outras Comissões e vem o projeto para a Casa.

Deputado Durval estou sendo informado pelo Líder do PMDB, Antonio Anibelli, que já foi dado o parecer. Agora, se alguém pede vistas é um direito que o Deputado tem. Como o próprio Deputado Bradock pediu vistas ao projeto do Plano de Cargos e Salários. Aliás, esse é bem diferente daquele. Esse, foi um acordo que o próprio Governo fez com a classe e depois não cumpriu. É diferente deste que está na CCJ, quando na verdade, é o Deputado da Oposição ao Governo que pede vistas e não é um Deputado da Base do Governo, em relação a um projeto que havia sido firmado em acordo.

Então nós, como Deputados, entendemos que o Parlamento é exatamente o lugar onde deve ser debatido, onde se discute os termos que envolvem a questão administrativa do Estado do Paraná. E onde é que começa tudo isso?

As Comissões Permanentes são os meios legais que cada Deputado tem para pedir vistas a um projeto. Depois, ele vai para outra Comissão e lá nós vamos exarar o nosso parecer. Agora, atropelar todo esse processo, no mínimo nos causa estranheza, porque no passado, quando éramos Governo, por inúmeras vezes que se pedia um regime de urgência, Deputado Stica, a Oposição da época e o seu Partido principalmente, o PT e o PMDB, questionavam: “por que regime de urgência? Deixe que a questão seja discutida lá na Comissão!”

E hoje, não. Hoje V. Exa. é Governo.

Faço essa reflexão para que possamos recordar o passado, porque alguém já disse que: “homem sem passado é homem sem história”, e todos nós temos história, então temos um passado. V. Exa. não foi Deputado Estadual, mas tem os seus Pares, Deputados do seu Partido que eram Deputados. Então, como é que vamos agir hoje?

Alguém disse: “a maioria vota, a minoria espera”. Então, esperar é o que fazemos neste momento, e é um direito que temos, e por isso entendemos que não é justo pedir regime de urgência a esse projeto.

Deputado Natálio Stica, solicitaria que V. Exa. retirasse esse requerimento. Nós, como Deputados, entendemos que V. Exa. está no seu papel, cumprindo exatamente aquilo que seu Governo pede e não poderia ser diferente. E cabe a nós, Deputados, questionarmos. Espero, se V. Exa. não retirá-lo, que os Deputados, ou a maioria ao menos, possamos derrubá-lo, para o bem da democracia, para o bem do debate público aqui no Parlamento do Estado do Paraná.

O SR. RAFAEL GRECA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, só para corrigir o Deputado Elio Rusch nos dados da propaganda da SANEPAR. A propaganda não é enganosa, porque o consumo de até dez mil litros de água, onde não há rede de esgoto, na Tarifa Social, é cinco reais, e o consumo de até dez mil litros de água e esgoto, onde há rede, é tarifado em até sete reais, quando a casa tem até quatro pessoas - quando a casa tem uma pessoa, esse valor se divide por quatro. Logo, a propaganda não é enganosa.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, estamos encaminhando esse requerimento de urgência, assinado pelo Deputado Natálio Stica e por mais Parlamentares, até porque achamos que o projeto é muito importante, mas que merece ampla discussão.

Por isso, não podemos esconder aqui que estamos fazendo uso do Regimento Interno para ver se conseguimos que no decorrer do encaminhamento desse requeri-

mento, possamos convencer o Líder do Governo a retirar o regime de urgência, para que possamos fazer um amplo debate sobre o projeto, para que possamos trazer aqui o Presidente da SANEPAR, o Secretário das Finanças. E não entendo por que, e aí pergunto, como mudam as coisas no decorrer do tempo.

Sempre vi e ouvi nesta Casa que o regime de urgência é prejudicial à discussão do projeto. Todos os que temos encaminhado e que o Governo tem encaminhado à Casa, temos procurado discutir com profundidade a questão, para que possamos, na verdade, encontrar erros neles. E se não houver erros, dar a nossa contribuição, pois somos os representantes da sociedade.

Aqui está um, que representa mais de cinquenta Municípios do Paraná e que quer ter apenas o direito de discutir esse projeto. Não estou entrando no seu mérito, Deputado Natálio Stica, estou pedindo, encarecidamente, para que V. Exa. tenha, neste momento, uma atitude democrática e nos dê a oportunidade de estudá-lo com profundidade. Não tenho tido nenhuma informação que dê condições para que eu diga que esse projeto é válido para a sociedade paranaense ou se ele é prejudicial; tenho tido dificuldades de obter as informações quanto a ele. Mas, como não temos conseguido convencer o Líder do Governo que quer fazer uso da máquina, do rolo compressor em cima da minoria, isso, na verdade, acredito que não faz bem ao Partido que pertence ao Líder do Governo, porque, ao longo do tempo, sempre...

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para pedir ao Deputado Valdir Rossoni que assim como a Oposição usa o direito democrático de obstrução, uso o direito democrático de pedir para a Base do Governo votar favorável. Isso não é rolo compressor.

Gostaria que o Deputado Valdir se retratasse, como é da sua elegância pessoal.

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Gostaria de garantir novamente a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, já que consultando aqui a Mesa, não haveria oportunidade de aparte, mas já foi feito.

Por favor, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Talvez...

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Muito menos questão de ordem, segundo a nossa Mesa.

O SR. NATÁLIO STICA

Opa! Questão de ordem cabe a qualquer momento!

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Deputado Barbosa, a questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado Natálio Stica

talvez tenha sido porque ele não acompanhou aqui o meu pronunciamento, mas agora, pelo que observo, ele está ao meu lado, prestando atenção.

Não mereço tamanha atenção de V. Exa., mas certamente esta atenção vai servir para que eu consiga convencê-lo a retirar esse requerimento, porque o requerimento de regime de urgência, meu caro Presidente Barbosa, retira a possibilidade de o Parlamentar discutir o mérito do projeto.

Aonde o governo quer chegar com o aporte de capital? O que nós queremos com a SANEPAR? Precisamos trazer aqui as pessoas responsáveis por este setor. De um outro lado eu vejo, Deputado Natálio Stica, V. Exa. que vem desenvolvendo este trabalho magnífico na Liderança do Governo, se V. Exa. entendesse a Oposição, nós que somos poucos aqui nesta Casa, e que temos procurado valorizar o Legislativo, tenho certeza absoluta que se V. Exa. lembrasse do passado, da história do seu Partido, V. Exa. iria compreender que nós não estamos nos posicionando contra o projeto. Nós poderemos até votar-lhe favorável. O que estamos apenas implorando a V. Exa. em nome do bom debate, em nome do exercício parlamentar que é de direito de um cidadão que representa muitos Municípios no Paraná, nós só estamos pedindo a V. Exa. que retire o requerimento, que a Oposição, a partir deste momento, passa a colaborar com V. Exa. para que possamos abrir o debate, estudar o projeto com profundidade e, aí, defender os interesses da população paranaense.

E nós, Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi, imploro a V. Exa. que chame o Deputado Natálio Stica e peça-lhe que nos dê oportunidade para que possamos ouvir aqui o Secretário da Fazenda. Por que ouvir o Secretário da Fazenda? Nós o temos visto em muitas oportunidades, reclamando que não tem recursos para investir em setores fundamentais da nossa economia e da nossa sociedade, e de repente, vemos o Governo aportando recursos na SANEPAR!

Por isso, se numa eventualidade o Secretário da Fazenda não puder vir aqui, seria, de bom propósito que o Líder do Governo viesse aqui e nos explicasse, encaminhasse este requerimento, Deputado Augustinho Zucchi. Se o Líder do Governo encaminhá-lo, certamente ele terá a capacidade de nos convencer, mostrar os pontos positivos da urgência para votar esse projeto, e aí nós tomaremos uma decisão.

Agora, certamente, o que reporte aqui, usar o rolo compressor num projeto tão importante, num momento em que estão querendo tirar dinheiro dos cofres públicos paranaenses para aportar para uma empresa que já é pública, não há necessidade. Ela é do poder público, e eu não vejo aqui, - isto me assusta - ninguém, ninguém, e encerro o meu pronunciamento triste e aborrecido, pois o Partido que se dizia o mais democrático deste País, não está dando explicações à minoria para votar um projeto de tamanha importância.

Era isto, Sr. presidente, lamento, pelo que estou sentindo: nem o encaminhamento favorável ao requerimento vai acontecer nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação.

Deputados favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Felipe Lucas**)

Procede à chamada nominal)

Deputados presentes, 28.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vinte e oito Deputados. Há quórum para deliberação.

Em votação o requerimento.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, voto contrário ao regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimentos nº 948, de autoria do Deputado Reni Pereira com apoio dos Deputados Ratinho Júnior, Natálio Stica, Durval Amaral e Dr. Luciano Ducci, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria de pedir a leitura desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

(**Lê requerimento**)

O SR. VALDIR ROSSONI

Não há nenhuma justificativa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Há inúmeras justificativas.

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria que V. Exa. determinasse ao 1º Secretário que faça a leitura.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu mesmo farei a leitura.

(Lê).

O SR. VALDIR ROSSONI
Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Já foi aprovado este requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI
Pedi para fazer a leitura para poder encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Mas já tinha sido aprovado. Eu fiz em deferência a V. Exa., até porque esse requerimento, como é o Congresso Nacional - vou, determinar o encaminhamento à Executiva da Mesa, para que possa encaminhá-lo ao Congresso Nacional.

O SR. VALDIR ROSSONI
V. Exa. tem que compreender o motivo pelo qual pedimos a leitura. O requerente não está presente para justificar esse requerimento.

É um assunto de extrema importância, Sr. Presidente, que vai levar aos órgãos competentes uma situação do Paraná! Não sei se os dados que estão contemplados neste requerimento são verídicos, mas certamente, para ser votado nesta Casa - como é de extrema importância - há a necessidade que o autor o encaminhe. Por isso, eu gostaria que V. Exa. não encaminhasse esse requerimento, até que nós ouvíssemos o ilustre parlamentar requerente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Declarei ao Deputado Rossoni, que tinha sido aprovado, e mantemos essa decisão, aliás, reiterada pelo Plenário.

Requerimento nº 943, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio dos Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Elza Correia, Nelson Tureck e Cida Borghetti, constante do expediente.
Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)
Deputado Antonio Anibelli, o requerimento trata da remuneração dos Srs. Secretários de Estado. Nós, Deputados da Oposição, não temos uma questão fechada, nem tampouco definida, com relação à remuneração dos Srs. Secretários de Estado.

Vamos reunir a Oposição para fechar uma questão, se votamos favoravelmente ou contrários à proposta do Deputado Anibelli.

Entretanto, não podemos votar no afogadilho, obstante ter sido feito uma tentativa no mês de dezembro, para a votação. Os projetos e as matérias encaminhadas a esse respeito têm mudado, e naquele momento foi feito um entendimento que, enquanto não se votasse o quadro

de Cargos e Salários dos Professores, essa matéria não voltaria à tona.

Mais recentemente ouvi, em bom senso, dos Deputados da Base do Governo, que enquanto não fosse implantado ou implementado esse quadro esta matéria não viria à discussão de plenário. Agora, estamos vendo efetivamente a discussão, e eu dizia ainda há pouco ao Deputado Stica, que tenho seriíssima preocupações sobre a legitimidade e a legalidade desta matéria, razão pela qual clamo aos Deputados da Base do governo, para que não precisemos votar o regime de urgência, porque é sabido, é público, que maioria têm, para aprovarem o regime de urgência, mas se quer, entretanto, um benefício para os Secretários de Estado; entendo que possíveis inconstitucionalidades ou ilegalidades devam ser suprimidas dentro da Assembléia Legislativa, para que amanhã ou depois, como a minoria será sempre minoria, mas a minoria tem o direito de se socorrer do Poder Judiciário, para que amanhã ou depois possamos evitar demandas dessa ordem, porque no voto sabemos e temos consciência que perderemos, mas no Poder Judiciário as inconstitucionalidades aqui levantadas e que não forem suprimidas, poderão ser plenamente atendidas, buscando restabelecer o direito das minorias.

Uma rápida análise, não é uma análise constitucional, não se trata da CCJ, mas apenas para o encaminhamento do requerimento, para que os Parlamentares tenham consciência da gravidade das denúncias que os Deputados da Oposição estão levantando neste momento.

“Artigo 1º - A remuneração de cargos e provimentos em Comissão de Secretário de Estado será composta de vencimento básico, acrescida de gratificação de encargos de Secretarias”. Aí vem, no parágrafo 2º - “Gratificação de encargos secretariais será de 60% do vencimento básico”!

Sr. Presidente, o artigo 1º, parágrafos 1º e 2º, não se sustenta nenhuma argumentação de ordem constitucional; é totalmente inconstitucional. Essa matéria está sendo discutida no âmbito da Casa Civil.

Vamos ver o que fala a Constituição Federal, no artigo 39, parágrafo 4º: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes”. O parágrafo 4º é o caso específico. Olha só - o artigo 1º do projeto do Deputado Anibelli fala em gratificação e chega até, no parágrafo 2º, a falar em gratificação de encargos secretariais.

O artigo 39, parágrafo 4º, da Constituição Federal, diz: “os membros de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio de parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, 10 e 11.

Veja só, estamos votando aqui uma remuneração dos Secretários de Estado, onde ela se divide em vencimento básico e encargos secretariais, numa flagrante inconstitucionalidade, totalmente incompatível com o que dispõe o artigo 39, parágrafo 4º da Constituição Federal. Se pretende-se dar aumento aos Secretários de Estado e se pretende-se que esse aumento seja legal, primeiro temos que obedecer o que estabelece a Constituição Federal: não pode estar dividido em parte fixa, em parte variável; não é igual à remuneração do Parlamentar.

Primeira inconstitucionalidade. Isso tem que ser corrigido na Assembléia Legislativa, e não é com regime de urgência que se fará isso.

Então, vimos o artigo 1º, parágrafos 1º e 2º, totalmente inconstitucional; contradita com o artigo 39, parágrafo 4º da Constituição Federal.

Existem mais inconstitucionalidades, mas podemos fazer uma visita ao artigo 169 da Constituição Federal também, no que diz respeito aos demais artigos aqui.

O projeto de lei do Deputado Anibelli não escreve, em momento algum, o impacto financeiro dessa medida. Logo, contraria fartamente a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, não é só isso. Quando se trata de dispositivo de remuneração de Secretários de Estado, o artigo 169 da Constituição Federal, diz: “A despesa de pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar.

Parágrafo 1º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a diminuição ou contratação de pessoal a qualquer título pelos órgãos ou entidades, administração direta ou indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas - e aí vêm as condicionantes, quer dizer, autoriza mas põe as condições. E o projeto de lei, nos artigos 2º e 3º, não obedece em nada o que manda o legislador constituinte, em total desrespeito à norma. O que é que fala o artigo 169 da Constituição Federal, parágrafo 1º, inciso I?

Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

O projeto do nobre Deputado Anibelli, a quem prezo e estimo, não traz as dotações orçamentárias específicas para esse efeito. Alguém poderia me dizer - com o cheque em branco que a Assembléia deu, o Governo poderá suplementar e abrir as dotações orçamentárias; não suprem. Porque aqui tem que ser específico, tem que dizer de onde é que se vai retirar os recursos, de onde é que vai provê-los, quais dotações orçamentárias serão utilizadas para esse fim. E o inciso II me parece totalmente insanável para esse exercício.

Mas só para os Deputados que têm essa característica legalista, possam entender que não se trata

de um capricho da Oposição. Nós podemos até votar, mas queremos que o Poder seja saneado, que o projeto seja legal, para que, no Poder Judiciário - isso não precisemos - venhamos até nos socorrer dele. No artigo 169, parágrafo 1º, inciso II, diz: “Se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e a sociedade de economia mista”.

Parece-me, Sr. Presidente, que esse vício aqui é insanável na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano passado, que vigora este ano. Então, estou colocando isso, não pelo gosto da Oposição, mas somente para dizer que não podemos votar um projeto totalmente eivado de inconstitucionalidade. Não é por aí.

Então, sem regime de urgência, devagar com o andor, e poderemos construir, ou até quem sabe o Poder Executivo, com muito mais condições.

(É retirado o som)

O SR. NATÁLIO STICA (Para Encaminhar)

Antes porém, para registrar a presença do Prefeito de União da Vitória, acompanhado do meu amigo, Vereador Pires.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Para registrar a presença dos companheiros da Cidade de Umuarama, Vereador Nélcio Penideo e o Vereador Nilton Soares.

Muito obrigado pela presença de vocês.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para fazer um registro, até porque quero também pedir desculpas ao Prefeito de União da Vitória, ao Vereador, que são meus companheiros políticos. Estou tão empenhado nesta batalha em defesa dos paranaenses que esqueci deles, mas, o importante é que estamos aqui cumprindo o nosso papel parlamentar, e agradeço ao ilustre Líder do Governo - tenho sempre enaltecido a sua capacidade, as suas qualidades, e novamente dá uma demonstração de grandeza.

O SR. NATÁLIO STICA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, pedimos o regime de urgência, porque o projeto do Deputado Anibelli vem corrigir uma distorção de muito tempo e que todos os Deputados, independente de Situação ou Oposição, sabem que os Secretários estão ganhando muito pouco pelo trabalho que estão fazendo em prol do Paraná.

Houve algumas polêmicas criadas em cima do projeto, e aí bem lembrada pelo Deputado Líder da Oposição Durval Amaral, mas algumas já solucionadas. Há emendas na Comissão de Justiça retirando por exemplo, o parágrafo 2º, há emendas dando uma melhor formatação a este projeto, e agora a pedido nosso, também, inclusive alertado pelos Deputados da Situação e por alguns da Oposição, está vindo um Substitutivo Geral aonde traz os

valores em números do salário que será aplicado, se aqui for aprovado, aos Secretários, que será de sete mil e alguma coisa, acrescido de 60%, elevando a onze mil e oitocentos, onze mil e novecentos reais, mais ou menos; vamos ter o número exato aqui na segunda-feira se aprovarmos o regime de urgência, e colocando um salário de quase nove mil, oito mil e oitocentos e alguma coisa, líquido.

Tenho certeza que essa não é a objeção da Oposição; eles não têm dúvidas quanto ao salário que será nesta Casa com certeza aprovado, inclusive com o voto da Oposição. Acredito que a preocupação pertinente da Oposição já foi solucionada e a Comissão está encaminhando, e nós deveremos votar na semana que vem, por isso estou pedindo que votemos o regime de urgência, e se possível que os meus companheiros da Oposição não usem de todo o tempo que democraticamente lhes é devido, para que possamos ir ao voto e na semana que vem, depois do regime de urgência aprovado, votar, daí sim, discutir a matéria aqui, mesmo aqueles que porventura achem que o Secretário não possa ganhar quase nove mil por mês. Quanto a preocupação no impacto na Lei de Responsabilidade Fiscal, no dia da discussão, faremos a defesa, mas posso garantir que praticamente não teremos nenhum impacto, já que não atingirá mais que 200 mil reais por mês este reajuste que virá aos Secretários que trabalham, e trabalham muito, para o povo do Paraná, numa ajuda ao Governo Roberto Requião e em defesa das causas do nosso Estado.

Por isso, quero pedir a compreensão, para que possamos votar aqui o regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Para encaminhar, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Depois que vi a sua cortesia com o ex-Presidente, ontem, passei a admirá-lo ainda mais. Demonstrou que é um homem democrático. Estávamos jantando com o ex-Presidente Fernando Henrique - até é importante ser registrado - estava lá o Prefeito de Londrina e o Presidente do PT, e educadamente eles estavam em outra sala e foram cumprimentar o Dr. Fernando Henrique, do qual se deu a demonstração de que o Brasil, a cada dia que passa, aprende a fazer política melhor. E é por isso que estamos aqui novamente, encaminhando o projeto e encaminhando esse requerimento.

Os senhores vejam, o encaminhamento pelo Deputado Durval Amaral foi perfeito, porque ele coloca as questões legais porque não queremos votar o requerimento, porque o próprio Líder disse que vai trazer a esta Casa os números exatos na próxima segunda-feira.

Talvez, se o ilustre Líder desse um encaminhamento trazendo já, os números, como o Deputado está criando despesas que constitucionalmente, dito pelo ilustre Líder das Oposições, primeiro, o Deputado não pode

criar despesas, e o projeto é de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Certamente quem tem que encaminhar esse projeto a esta Casa é o Executivo, a assinatura que tem que ter nesse projeto, é do Governador Requião. Se ele está querendo aumentar os salários dos Secretários, é um direito seu...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Em votação.

Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário - Deputado Pedro Ivo, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Pedro Ivo**)

(**Proceda à chamada nominal**)

O SR. VALDIR ROSSONI

A pedido do meu ilustre amigo, Alexandre Curi, em homenagem ao seu avô, que foi um grande Parlamentar, chamo o meu Líder das Oposições, que venha ao plenário, número de 28 Parlamentares.

Nós entregamos aqui, a votação, mas no combate.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Suspensa, portanto, a chamada nominal.

Em votação.

Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **APROVADO.**

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputados que aprovam, queiram se levantar, por favor.

Vinte e oito Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam se levantem, por favor.

O SR. DURVAL AMARAL

Deputados Valdir Rossoni, Durval Amaral, Plauto Miró e os Deputados da Oposição aqui.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está **aprovado** o regime de urgência.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (**Pela Ordem**)

Quero registrar e agradecer, para que fique nos Anais desta Assembléia Legislativa, a presença do Vereador Mário Capeletti, do PMDB, do Município de Pinhão, que nos honra com a sua presença nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Seja muito bem-vindo.

Requerimento nº 920, de autoria do Deputado Artagnão Júnior constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 921 e 922, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 923, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 924 e 954, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 955, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 925, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 926, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Martins e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 928, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 929 a 931, 933, 934, 936 e 947, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 932, 939 e 940, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 935 e 937, de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 938, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 941, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 942, de autoria do Deputado Natálio Stica, com apoio dos Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Antonio Anibelli, Nelson Tureck, Elza Correia e Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 944, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 945, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 946, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 950, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 951 e 952, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 953, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 956, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 957, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 958, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 959, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 960, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 961 e 962, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 963, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 701/2003 e 047/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 065, 135, 136, 144, 146, 158/2004 e do de Resolução nº 008/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 108, 120, 149 e 150/2004.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO DEPUTADO RAFAEL GRECA EM SESSÃO DO DIA 25 DE MAIO DE 2004.

“Transgênicos: lobista ou cientista?”

Ottawa abaixo de zero, mas tempo quente na reunião do *Codex Alimentarius*, que discutia rotular ou não rotular transgênicos. A delegação brasileira liderava o movimento anti-rótulo, desmentindo lá fora o que governo jura em casa.

Jardim Botânico, Rio, semanas antes, no GT interministerial, que preparava instruções para a delegação em Ottawa, a representante do Ministério da Saúde e, segundo a Isto É, professora da Fiocruz, combatia a rotulagem e, assim, o direito do consumidor ser informado da origem e natureza do que come.

Questionada se votava por opinião pessoal ou sob orientação do ministro da Saúde ou, ao menos, da sua instituição, respondeu: “é... bem... às vezes converso com o pessoal da Vigilância, quando vou a Brasília”. Tempos depois apareceria em passeata de cientistas uniformizados, de camiseta preta, na foto de O Globo, protestando na Câmara contra projeto de lei da biossegurança.

O projeto foi alterado, pesquisas estão mais liberadas, mas uma sociedade científica, recém-criada, de Melhoristas Vegetais, antes mesmo de ter sócios e cobrar anuidades, promove uma rica distribuição de passagens de primeira linha, com hospedagem no Hotel Nacional de Brasília, para fazer nova passeata no Congresso.

Dessa passeata resulta manifesto, encabeçado pela Academia Brasileira de Ciências, clamando agora pela liberação comercial do plantio. No JB surge artigo, do delegado do Brasil em Ottawa, que se apresenta, no subtítulo, como: “da Academia Brasileira de Ciências”.

A Folha de São Paulo denuncia que, das treze assinaturas do manifesto, várias sociedades científicas não haviam assinado nada. Quem assinou, como a SBCTA, não ouviu a Diretoria. Tem Presidente de sociedade que alega ter assinado sem ler. E, dentre os que não leram, tem até Presidente que defende a validade de assinar mesmo sem ler. Quatro dessas sociedades têm a presidência no Bloco 14 do campus da USP. Nenhuma ouviu a diretoria ou os associados. Duas delas têm, em seu website, logotipos e patrocínios de indústrias de alimentos interessadas na questão transgênica, como Sadia e Du Pont.

Programa de pós-graduação entra na lista como se fosse entidade representativa. E não poderia faltar a ANBio, criada e presidida pela mesma, coincidentemente, já citada representante do Ministério da Saúde no GT do INMETRO, e também ex-Presidente da CTNBio. O manifesto, apresentado, apresentado em nome da

comunidade científica, contraria a posição oficial, escrita, debatida, continuada e assinada da SBPC.

Na CTNBio, ministérios usam todos os seus vários votos para liberar o plantio. Mas o ministro da Agricultura diz que não foi ele quem liberou, mas a CTNBio.

O Presidente Lula diz que isso não é uma questão ideológica, mas tecnológica, e que ele hoje está cientificamente convencido. Mas em vez de repassar a decisão, que diz que é técnica, para os técnicos do IBAMA e ANVISA, envia para a decisão política dos Deputados e Senadores. E então usa sua mão nada invisível para fazer triagem na composição das comissões, e para fazer chantagem nas votações.

O governo finge que lava suas mãos, dizendo que vai deixar tudo sob responsabilidade da mão invisível do mercado: “O consumidor lê o rótulo e decide, ele mesmo, se vai comprar e comer, ou não. É apenas uma questão de mercado”.

Para isso, o governo FHC fez normas de rotulagem de transgênico. O governo Lula também. Foram decretos, instruções normativas, todo tipo de instrumento legal, mas apesar de tanta legislação, de tanta soja transgênica plantada e de tanta denúncia do IDEC e do Greenpeace, ninguém nunca viu nenhum rótulo de transgênico no supermercado.

A penúltima legislação jurava que patê de salmão alimentado com ração transgênica seria rotulado como patê transgênico. A antepenúltima jurava que seria rotulada como transgênica a salsicha com apenas 0,01% de transgênicos, (se feita com 0,25% de soja com grãos 4,1% transgênicos). Mas a mais recente libera, sem qualquer aviso no rótulo, toda a margarina, todo pão de queijo, todo chocolate, todo alimento que contiver óleo ou lecitina de soja transgênica.

Que é de soja, continuará no rótulo. Mas que a soja é transgênica, isso não; ainda que contrarie direitos, que contrarie as juras, ainda que contrarie legislações feitas pelo Executivo e pelo Legislativo, poucas semanas atrás. Só uma coisa, nos rótulos, está bem à vista: tem muito lobista rotulado como cientista.

Luiz Eduardo R. de Carvalho. (luizeduardo@ufri.br)
é engenheiro de alimentos e professor da UFPR.”

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NELSON DAL SANTOS EM SESSÃO DO DIA 25 DE MAIO DE 2004.

“Acessibilidade e Inclusão - Atender aos Portadores de Deficiência Física é um Desafio para o Varejo”.

Revista Vitrine do Varejo.

O Brasil vive um momento histórico importante. Vários segmentos sociais buscam uma maior inclusão social. Nesse processo, os considerados minoria, tais como negros, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros, têm se articulado em prol da conquista dos direitos básicos de todos os cidadãos: educação, saúde, trabalho, locomoção, transporte, esporte, cultura e lazer.

Essa movimentação social das minorias vem obtendo resultados práticos. A sociedade está mais consciente da existência e importância das minorias. Pode-se perceber a cada dia uma maior participação delas na sociedade, porém ainda há muito o que se conquistar.

No Brasil, várias normas legais têm sido criadas para garantir esses direitos, entre as quais a Lei nº 10.098/00 (que trata da acessibilidade) e o Decreto nº 3.298/99; o que já é um grande passo, mas a simples existência das leis não garante sua eficácia. É preciso haver envolvimento e participação da sociedade como um todo. Esse engajamento da sociedade está promovendo uma mudança cultural e contribuindo para o respeito à legislação e para a valorização das diferenças que esses segmentos trazem. Uma dessas minorias é formada pelas pessoas com deficiência, que no Brasil, segundo dados do IBGE - Censo 2000 -, são 14,5% da população cerca de 24,5 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência. Essa parcela significativa da população ainda enfrenta uma série de barreiras no seu dia-a-dia, principalmente as relacionadas ao direito de ir e vir e a sua participação no mercado de trabalho.

Uma das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência está relacionada à falta de acesso aos prédios públicos, estabelecimentos comerciais, sistemas de transporte, vias públicas e escolas. Nesses locais é comum a presença de barreiras arquitetônicas, obstáculos que impedem a livre circulação da pessoa com deficiência como, por exemplo, escadas, portas estreitas, falta de estacionamento etc. Com a sua circulação limitada, a pessoa com deficiência tem seu direito de consumidor atingido. Suas opções de onde consumir produtos e serviços são, então, menores, e refletem também na sua busca pela escolaridade e qualificação profissional. Um dos setores que vem tentando melhorar essa situação é o varejo, em especial os supermercados, que estão reconhecendo neste público um forte poder de consumo.

Os supermercadistas vêm procurando adequar seus pontos-de-venda e eliminando as barreiras arquitetônicas para dar um melhor atendimento não só às pessoas com deficiência, como também aos idosos, deficientes temporários e gestantes, que se beneficiam com a eliminação desses obstáculos. Outros ainda têm incluído pessoas com deficiência como funcionários em seus negócios. Para Edson Luiz Lucas de Queiroz, presidente do Instituto Integrar, localizado em Uberlândia (MG), a visão do empresário tem de ser ampla.

É um equívoco pensar que todo portador de deficiência precisa de ajuda

“Eles não devem pensar no portador de deficiência como um ser isolado. cada pessoa com deficiência influencia o consumo de pelo menos três outras pessoas”, diz.

A vida de Edson é um bom exemplo para o varejista entender a importância da adaptação da loja para atender com qualidade esses consumidores. Edson Luiz mora com a esposa e com os pais e sempre frequenta um supermercado, onde existe um fácil acesso para que ele

possa entrar e transitar pela loja na cadeira de rodas com total independência e fazer as suas compras.

Portanto, ele influencia o poder de compra da família e alerta que seus familiares e amigos sempre estão atentos aos lugares que são adequados a ele. “O que eu percebo é que muitas vezes os empresários se esquecem que as pessoas com deficiência são clientes como outro qualquer e estão distribuídas nas diversas camadas sociais. A partir do momento que um comércio restringe a entrada de um portador de deficiência e espera receber somente pessoas de padrão normal, deixa de fora um público que também tem necessidades de consumo e que está sem atendimento. Logo, se o concorrente oferecer um diferencial nesse sentido, com certeza, será beneficiado” esclarece.

É um equívoco pensar que todo portador de deficiência precisa de ajuda. Dentro dos estabelecimentos é necessário que se faça um treinamento com a equipe de colaboradores para que ela saiba agir com naturalidade e não constranger esse clientes. Edson ainda ressalta que nos últimos anos muito se tem avançado em relação à acessibilidade e à inclusão social. Cada vez mais os portadores de deficiência têm sido notados como consumidores e como força de trabalho.

E neste contexto, não só o poder público, mas também os empresários exercem um importante papel na comunidade quebrando paradigmas e realizando ações positivas para a inclusão dessas pessoas. Ao despertarem para essa realidade percebem, por exemplo, que trocar uma escada por um rampa é um investimento de baixo custo e que vale a pena. É importante analisar se a pessoa irá entrar e sair com segurança. Há no Brasil a NBR 9050, norma da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que mostra todas as medidas necessárias para realizar as mudanças. Existem os graus de inclinação de rampas, medidas de corredores, adaptação de sanitários, entre outras normatizam essas ações. “Infelizmente, as barreiras arquitetônicas ainda estão muito presentes nas cidades. As calçadas rebaixadas e os estacionamentos reservados não são privilégios, mas condições para que possamos participar de forma igualitária da sociedade”, analisa.

Mercado de trabalho

Com a contratação de pessoas com deficiência, o empresário leva para dentro da empresa a diferença, a diversidade, combatendo o preconceito e reconhecendo a igualdade essencial entre as pessoas. A diversidade representa um princípio básico de cidadania que visa assegurar a cada um condições de pleno desenvolvimento de seus talentos e potencialidades. Significa a efetivação do direito à diferença. É uma filosofia de gestão que possibilita às empresas lidar e tirar proveito das diferenças entre as pessoas que fazem o negócio.

Algumas vantagens competitivas que a diversidade cria para as empresas são: influência na produtividade, aumento na criatividade, maior flexibilidade, adaptação ao perfil dos clientes, melhoria nas relações interpessoais, aumento da satisfação no trabalho, redução dos acidentes

de trabalho, redução do número de faltas, rotatividade reduzida, menor vulnerabilidade legal, valorização da imagem corporativa.

É importante que o comerciante entenda que essa é uma contratação como outra qualquer. Ele precisa buscar um bom profissional com competência para realizar o trabalho, independentemente da característica física, e cobrar por resultados. “Um portador de deficiência física que está em uma cadeira de rodas, por exemplo, pode perfeitamente ser um caixa ou auxiliar administrativo”, lembra Edson.

O importante não é somente empregar, mas se envolver com a causa social, desenvolver projetos, oferecer estágios para estudantes universitários com deficiência, além de muitas outras atividades possíveis. É importante que o empresário entenda que essas atitudes não são assistencialistas, mas tratam de competência, ou seja, o varejista tem o poder nas mãos e pode mudar muita coisa na sociedade em geral. “O portador de deficiência não pode ser tratado como um coitadinho, mas como um profissional competente”, analisa.

Essa política de contratação é uma ação que pode ser implementada por empresas de qualquer porte. Porém, aquelas que possuem em seus quadros mais de cem funcionários são obrigados por força do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999 a destinar um percentual de vagas que varia de 2 a 5% para a pessoas com deficiência.

Eucimar Pacheco Oliveira, de 24 anos, é um exemplo do portador de deficiência que dispensa o estereótipo de ser alvo do assistencialismo, mas quer ver suas competências reconhecidas, valorizadas e demonstrar que é produtivo e altamente rentável para a organização em que trabalha. Desenvolvendo a atividade de operador de telemarketing numa empresa de Uberlândia (MG), ele afirma que todos, sem distinção, devem se preocupar com a qualificação para ficarem mais aptos para o mercado de trabalho. “Nós mesmos precisamos ter a iniciativa de lutar pelos nossos objetivos e buscar cada vez mais a qualificação profissional”, afirma.

Outro que dá o exemplo e também corre atrás da qualificação e luta por uma boa posição no mercado de trabalho é Helder Vilarinho dos Reis, 23 anos, paraplégico, atualmente cursando Ciências Contábeis, também em Uberlândia. Ele conta que em 2000 foi aprovado em um concurso público. Apontado como inapto nos exames clínicos. Helder não pôde tomar posse no cargo. “Procurei saber e descobri que fui barrado pela minha deficiência. Fiquei revoltado na época, porque sabia que tinha competência e condições físicas para cumprir a função, mas não me deixaram”, lembra. Ele não desistiu. No ano passado fez o concurso para o INSS, foi aprovado e já trabalha em função semelhante a que iria exercer no concurso anterior. “Apesar de tudo, o que me deixa triste é saber que casos como estes acontecem em vários lugares do Brasil, mas infelizmente muitas vezes não são divulgados”.

O Instituto Integrar presidido por Edson Luiz, 36 anos, há 11 tetraplégico, foi criado em virtude dos obstáculos enfrentados por ele e pelos dois outros funda-

dores, também tetraplégicos. Edson, em 1995 teve dificuldades em encontrar uma empresa que o aceitasse como estagiário para concluir a graduação em Administração. Tornou-se imperativo buscar soluções para problemas vividos não só por ele, mas pelos portadores de deficiência de um modo geral. Para finalizar, ele deixa uma mensagem aos varejistas: “o empresário contrata um portador de deficiência achando que realizou uma boa ação e, com o tempo, percebe que fez um bom negócio”, conclui o presidente do Instituto Integrar.

Para maiores informações entre em contato com o Instituto Integrar (integrar@triang.com.br), ou pelo telefone (34) 3229-1000.

Instituto Integrar

O Instituto Integrar é uma organização não governamental sem fins lucrativos que visa a inclusão social dos portadores de deficiência.

A Missão é:

Integrar a pessoa com deficiência física e sensorial ao mercado de trabalho, promovendo sua inclusão na sociedade, contribuindo para o estabelecimento de sua dignidade e exercício pleno de sua cidadania, sob enfoque empresarial.

Desenvolve as seguintes atividades com as empresas:

- Programas de responsabilidade social;
- Avaliação de acessibilidade do local de trabalho;
- Avaliação das atividades laborais da empresa;
- Recrutamento e seleção dos Portadores de Deficiência física e sensoriais;
- Assessoria no processo de contratação;
- Realização de palestras, dinâmicas em grupo de vivências.

Com os Portadores de Deficiência:

- Orientações sobre o mercado de trabalho;
- Realização de dinâmicas de grupo;
- Treinamento/qualificação/requalificação;
- Manutenção de uma bolsa de agenciamento e encaminhamento ao trabalho;
- Realização de palestra.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões da Liderança da Oposição, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, sob a presidência do Deputado Durval Amaral. Havendo número legal, foi aberto os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 585/2003, de autoria da

Deputada Arlete Caramês. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 641/2003, de autoria do Deputado Renato Gaúcho. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Indicação nº 31/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Relator Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Longo em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Miguel, representante da CUT, que fez um rápido relato sobre o impasse em Foz do Iguaçu, envolvendo a municipalidade e os servidores de Foz do Iguaçu, através de seu Sindicato dos Servidores, relatando, também a existência de servidores em greve de fome, há sete dias. O Sr. Presidente informou à Comissão e ao depoente, que o Prefeito Municipal Sâmis da Silva atendeu solicitação da Depu-

tada Elza Correia e se prontificou a enviar cópia de Ato Administrativo que autorizou a reimplantação da mensalidade sindical em folha de pagamento, ainda no mês de maio. Diante desta intervenção, o Sr. Miguel se prontificou a levar essa informação aos servidores, tentar um acordo para suspender a greve e informar a Comissão do resultado obtido. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário